

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE
DINÂMICA SOCIECONÔMICA NOS AMBIENTES URBANO E RURAL

IVÁN MAURICIO PERDOMO VILLAMIL

RESISTÊNCIA NEGRA AFRODESCENDENTE EM GOIÁS: A ASSOCIAÇÃO
QUILOMBOLA ANA LAURA NO MUNICÍPIO DE PIRACANJUBA/GO

MORRINHOS/GO
2018

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE
DINÂMICA SOCIECONÔMICA NOS AMBIENTES URBANO E RURAL**

IVÁN MAURICIO PERDOMO VILLAMIL

**RESISTÊNCIA NEGRA AFRODESCENDENTE EM GOIÁS: A ASSOCIAÇÃO
QUILOMBOLA ANA LAURA NO MUNICÍPIO DE PIRACANJUBA/GO**

**Dissertação apresentada para
exame de qualificação do Programa
de Pós-Graduação Stricto Sensu em
Ambiente e Sociedade como parte
dos requisitos para a obtenção do
título de mestre.**

Orientador: Prof. Dr. Flávio Reis dos Santos

**MORRINHOS/GO
2018**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE CITADA A FONTE.

FICHA CATALOGRÁFICA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIDADE
DINÂMICA SOCIOECONÔMICA NOS AMBIENTES URBANO E RURAL

RESISTÊNCIA NEGRA AFRODESCENDENTE EM GOIÁS: A ASSOCIAÇÃO
QUILOMBOLA ANA LAURA NO MUNICÍPIO DE PIRACANJUBA/GO

IVÁN MAURICIO PERDOMO VILLAMIL

Exame de qualificação de mestrado aprovado pela
Banca Examinadora em ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Flávio Reis dos Santos
Universidade Estadual de Goiás (UEG)

Prof. Dr. André Luiz Caes
Universidade Estadual de Goiás (UEG)

Profa. Dra. Juliana de Castro Chaves
Universidade Federal de Goiás (UFG)

AGRADECIMENTOS

Aos espíritos da terra que me guiaram neste recorrido, Pacha mama, orixás, santos, espíritos dos indígenas, afrodescendentes e camponeses que lutaram por nos deixar um futuro mais esperançoso.

A meus mortos por me acompanhar sempre nos momentos de solidão, meu pai Jorge, meus avós Timoleón, Feliza, Margot, Alcides, Misael e Veronica. Meus tios e tias finados Orlando, Orlando, Misael e Margot.

À minha família por ser exemplo de luta, amor, resiliência e resistência, por estar comigo sempre nas horas boas e nas não tão boas, além da distância física sempre estiveram por perto, muito obrigado mãezinha Leticia e irmãos Juancho, Jorge, Vito e Li.

Aos meus sobrinhos Nena, Juancho, Juan Esteban, Alejo, Pipelon e Juanito por trazerem vida, esperança e coragem. Também obrigado tia Martha por me colocar em tuas orações.

Ao meu amor Natali Aristizabal por sua inestimável companhia, ajuda e apoio tanto na pesquisa como nesta aprendizagem, obrigado por ter-me motivado para viver esta enriquecedora e inesquecível experiência, obrigado por teu amor e paciência, e por tua coragem para sair adiante nos momentos difíceis.

Ao meu orientador e amigo Flávio Reis dos Santos por que além de sua dedicada orientação, ele e sua família, Marlene, Duda, Flavinho e Dona Nega receberam-me e apoiaram-me infinitamente para poder concretizar o sonho de fazer o mestrado no Brasil.

Ao grande Marcos Antônio Pesquero pelo exemplo, por sempre estar disposto a me ajudar, escutar, pela amizade, cumplicidade e parceria. À Mércia Pesquero, palavras faltam para expressar o importante que para mim foi a sua presença e amor neste processo, obrigado aos dois por me oferecerem sua família e fazer-me parte dela. Obrigado também Lúcia, Isa, Pit, Nina e Mel.

Ao Professor André Luiz Caes e sua mulher a Bete pela amizade e sabedoria, o qual fez importantes contribuições a esta pesquisa.

Ao professor e amigo Marco Antônio Carvalho pela gigantesca colaboração.

Obrigado professora Juliana de Castro Chaves pela receptividade e contribuições na banca de defesa.

Aos professores e amigos Allysson Garcia, Wilson Melo e Vandilo Santos pela ajuda para o desenvolvimento da pesquisa e de minha formação pessoal e profissional.

À Associação Quilombola Ana Laura do Município de Piracanjuba: Lucy, Fátima Gomes, Fátima Mendonça, Dona Bárbara, Dom Anastácio, Rato, Waister, Aline e à comunidade em

geral. Obrigado pela atitude e disposição para participar da pesquisa, suas contribuições foram indispensáveis na construção deste texto.

À Prefeitura de Piracanjuba, que por meio da Secretaria de Cultura do Município sempre esteve disposta a colaborar.

Ao Brasil, especialmente, à cidade de Morrinhos/GO.

À Universidade Estadual de Goiás e aos professores do colegiado do PPGAS, por sua ajuda e compreensão em nossa condição de estudantes estrangeiros.

Aos companheiros de PPGAS que estiveram dispostos a brindarem a sua mão amiga: Willian, Fausto, Eva, Abadia, Renato, Manuela e Adriana.

São muitas as pessoas com as quais fico com sentimento de gratidão eterno, além das já mencionadas. Nomear todas implicaria escrever um capítulo inteiro, mas indiscutivelmente todas e todos sempre ocuparão um lugar no meu coração.

VILLAMIL, Iván Mauricio Perdomo. **Resistência negra afrodescendente em Goiás: a Associação Quilombola Ana Laura no município de Piracanjuba/GO**. 2018. 90f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Sociedade) – Universidade Estadual de Goiás, Morrinhos, 2018.

RESUMO

Objetivo central desta pesquisa foi desenvolver um processo investigativo com as famílias afrodescendentes do município de Piracanjuba/GO, tendo em vista contribuir para fortalecimento das relações sociais da comunidade. Outros três objetivos foram estabelecidos para o desenvolvimento de nossas investigações: O primeiro centra-se no resgate histórico das comunidades afrodescendentes em território brasileiro; o segundo na caracterização das famílias pertencentes à Associação Quilombola Ana Laura; e, o terceiro, refletir sobre as práticas e tradições culturais existentes e praticadas pelas famílias afrodescendentes no contexto da permanente urbanização, industrialização e tecnologização da sociedade, causados pelas políticas neoliberais associadas ao *continuum* processo de globalização da economia. Entendemos que a configuração das realidades do mundo a partir da globalização, os elementos e as transformações geradas a partir desse fenômeno em conexão com as comunidades quilombolas desencadeiam dificuldades e desafios das mais diversas ordens (política, econômica, social, cultural, ambiental etc.). Nesse contexto, optamos por realizar a pesquisa sob a perspectiva da Investigação-Ação-Participativa (IAP), visto que, além de sua flexibilidade e variedade técnica, temos a possibilidade de ação e ativa interação com a comunidade nos diversos momentos da pesquisa, que foi desenvolvida por meio das seguintes fases: a) estudo preliminar da região e da população pesquisada; b) montagem institucional e metodológica; c) revisão bibliográfica; d) apresentação da pesquisa aos membros da comunidade; e) diálogo com instituições da administração pública e organizações não governamentais no município; f) apresentação da proposta de pesquisa para os pertencentes à Associação Quilombola Ana Laura; g) acompanhamento das atividades da comunidade, realização de entrevistas e rodas de conversa; h) transcrição, organização e sistematização da informação; g) interpretação e análise crítica da informação; i) elaboração do plano de ação (redação da dissertação); j) divulgação dos resultados (qualificação e defesa da dissertação); k) Retorno dos resultados da pesquisa para com a comunidade. A nossa expectativa é a de que esta pesquisa possa constituir um instrumento que expresse a luta pelo reconhecimento e valorização da cultura afrodescendente em contraposição aos interesses econômicos e políticos do grande capital.

Palavras-Chave: Negro, Escravo, Quilombo, Quilombola, Afrodescendente, Tradições Culturais.

VILLAMIL, Iván Mauricio Perdomo. **Afrodescendent black resistance in Goiás**: the Ana Laura Quilombola Association in the municipality of Piracanjuba/GO. 2018. 90f. Dissertation (Masters in Environment and Society) – State University of Goiás, Morrinhos, 2018.

ABSTRACT

The main objective of this research was to develop an investigative process with the afrodescendant families of Piracanjuba/GO, with a view to contributing to the strengthening of social relations in the community. Three other objectives were established for the development of our investigations: The first focuses on the historical rescue of afrodescendant communities in Brazilian territory; the second one in the characterization of the families belonging to the Ana Laura Quilombola Association; and, thirdly, to reflect on the cultural practices and traditions existing and practiced by afrodescendant families in the context of the permanent urbanization, industrialization and technologization of society, caused by the neoliberal policies associated with the *continuum* of globalization of the economy. We understand that the configuration of the realities of the world from globalization, the elements and the transformations generated from this phenomenon in connection with the quilombola communities face difficulties and challenges of the most diverse orders (political, economic, social, cultural, environmental). In this context, we chose to carry out the research from the perspective of Research-Action-Participation (RAP), since, besides its flexibility and technical variety, we have the possibility of action and active interaction with the community in the various moments of the research, which was developed through the following phases: a) preliminary study of the region and population surveyed; b) institutional and methodological setting; c) review of the bibliographic; d) presentation of the research to community members; e) dialogue with public administration institutions and non-governmental organizations in the municipality; f) presentation of the research proposal for those belonging to the Ana Laura Quilombola Association; g) monitoring community activities, conducting interviews and speaking wheels; h) transcription, organization and systematization of information; g) interpretation and critical analysis of information; i) elaboration of the action plan (essay writing); j) dissemination of the results (qualification and defense of the dissertation). Our expectation is to build an instrument that expresses the struggle for recognition and appreciation of afrodescendant culture as opposed to the economic and political interests of big capital.

Keywords: Black, Slave, Quilombo, Quilombola, Afrodescendant, Cultural Tradition.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Entrevista com Sr. Anastácio	27
Figura 2 – Sra. Bárbara Pereira	28
Figura 3– Três Gerações de Quilombolas: Reconstruindo a História	28
Figura 4 – Sra. Lucy e Sr. Anastácio	29
Figura 5 – Reunião com a Sra. Lucy (à esquerda) e a Sra. Fátima Mendoza (à direita).	30
Figura 6 – Igreja de Nossa Senhora de Abadia	52
Figura 7 – Praça do Relógio Piracanjuba/GO	53
Figura 8 – Sra. Guita: Matriarca da Comunidade Ana Laura	56
Figura 9 – Associação Quilombola Ana Laura: Igualdade Racial	56
Figura 10 – Associação Quilombola Ana Laura Piracanjuba/GO	59
Figura 11 – Associação Quilombola Ana Laura Piracanjuba/GO (07/02/2018)	59
Figura 12 – Sede Associação Quilombola Ana Laura	60
Figura 13 – I Conferência Promoção de Igualdade Racial em Cachoeira Dourada/GO .	61
Figura 14 – Congada Santa Ifigênia	61
Figura 15 – Roda de Samba “Banda visual Ylê”	61
Figura 16 – Dia da Consciência Negra (2017)	64
Figura 17 – Festa de 13 de Maio (Piracanjuba/GO)	65
Figura 18 – Jornada de Atualização de Dados (Piracanjuba, fev./2018)	68
Figura 19 – Famílias Associadas/Gênero	69
Figura 20 – Número de Associados/Gênero	70
Figura 21 – Número de Associados que Desenvolvem Trabalho Remunerado	72
Figura 22 – Tipos de Trabalho	73
Figura 23 – O Trabalho na Produção de Fumo de Corda	73
Figura 24 – Artesanato “As Lalinhas”	76
Figura 25 – Agricultura Familiar Quilombola	78
Figura 26 – Grupo de Capoeira Nativa	78
Figura 27 – Grupo de Dança “As Lalinhas”	80
Figura 28 – Cestas Quilombolas	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Idade das Famílias Associadas.....	70
Tabela 2 – Cidade de Nascimento dos Associados.....	71
Tabela 3 – Formação Escolar das Famílias Associadas	74

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 COMUNIDADE AFRODESCENDENTE EM PIRACANJUBA/GO	15
2.1 Localizando o Estudo: Piracanjuba e Associação Ana Laura	15
2.2 Apontamentos sobre o Referencial Teórico- Metodológico	17
2.3 Metodologia Empregada na Pesquisa: Investigação-Ação-Participativa	21
2.4 Percurso Metodológico na Pesquisa de Campo	25
3 COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL: A EXPRESSÃO DA LUTA DO POVO NEGRO EM BUSCA E NA DEFESA DE DIREITOS.....	32
3.1 Escravos Africanos e Afrodescendentes: A Resistência Negra no Brasil	32
3.2 Da Libertação da Senzala à Conquista de Direitos Constitucionais	35
3.3 Persistência Negra Afro-brasileira: Movimentos Sociais e Comunidades Quilombolas	41
3.4 Diversidade e Tradições Culturais Afro-brasileiras.....	45
4 PIRACANJUBA NÃO TEM QUILOMBO, PIRACANJUBA É O QUILOMBO.....	51
4.1 Resgatando a Nossas Origem.....	51
4.2 Associação Quilombola Ana Laura.....	57
4.3 Tradições Culturais da Comunidade Quilombola de Piracanjuba/GO	62
5 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA, PROJETOS E ATIVIDADES RELEVANTES DAS FAMÍLIAS CADASTRADAS NA ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA ANA LAURA.....	68
5.1 Informações Gerais das Famílias da Associação Quilombola Ana Laura	68
5.2 Trabalho, Educação e Ações Afirmativas	71
5.3 Projetos e Atividades da Associação Quilombola Ana Laura	75
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
7 REFERÊNCIAS	84

1 INTRODUÇÃO

Os modelos de desenvolvimento do capitalismo e sua expansão têm consequências devastadoras bastante claras nas inúmeras comunidades e territórios latino-americanos e nos diversos segmentos da sociedade. Um desses aspectos é o cultural das diferentes comunidades que constituem uma nação determinada, o qual tem um universo diverso, heterogêneo e complexo, que pode ser caracterizado por termos e expressões como línguas e etnias, tradições e práticas culturais, hábitos e costumes, identidades e imaginários sociais, dentre outros.

A existência de tais aspectos, ou melhor, a inexistência de muitos desses aspectos em comunidades tradicionais na atualidade (indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos) resultam da ação e atuação dos europeus no processo de conquista e submissão dessas populações ao seu poder, que imprimiram intenso processo de dominação aos povos conquistados e escravizados e de inculcação da ideologia dominante, primeiramente, de caráter político-religioso, orientada pelos pressupostos católicos, depois, por um caráter político-econômico, assentado na ideologia burguesa-capitalista. Em tal contexto, podemos afirmar convictamente, que a América Latina – considerando as culturas Maya, Inca, Asteca, indígenas brasileiras e africanas – vivenciou um dos maiores e mais violentos processos de destruição cultural da história da humanidade.

Contudo, as comunidades que foram submetidas a tais processos foram gradativamente criando estratégias de enfrentamento para a preservação de suas origens e tradições culturais, empreenderam lutas para resistir à eliminação de suas maneiras de entender, estar, interagir e dialogar com o universo e com elas mesmas. As inestimáveis perdas de conhecimentos ancestrais, que se mantiveram vivos por séculos, foram sendo resgatadas paulatinamente, por meio do desenvolvimento de processos para a transformação e adaptação das realidades enfrentadas, a partir da reinvenção de suas práticas culturais para garantir elementos da tradição ante à homogeneizante expansão do capitalismo.

A população quilombola no Brasil, por exemplo, foi (é) uma das populações que tem lutado permanentemente pela preservação e perpetuação de sua herança e patrimônio cultural e imaterial em meio às adversidades que caracterizaram diferentes momentos e contextos históricos de sua existência, satanizados e discriminados por suas referências de raízes africanas. As possibilidades para a mudança da condição de marginalizados, discriminados, excluídos, esquecidos na e pela sociedade em países da América Latina, por exemplo, emergem a partir das promulgações de novas Cartas Magnas nas décadas de 1980 e 1990. No Brasil, temos a Constituição da República Federativa de 1988 que, legalmente

avançou de modo significativo na especificação e garantia dos direitos das populações negras afrodescendentes (afro-brasileiros), mas há muito a fazer no que remete às ações afirmativas efetivas para que possamos caminhar em direção à construção, ao estabelecimento, à materialização de uma sociedade mais justa e igualitária.

Nas últimas décadas, com o vertiginoso crescimento dos avanços tecnológicos que repercutem em escala mundial com fenômenos como a globalização, tem se aprofundado a vulnerabilidade das comunidades tradicionais, dentro delas e para o caso apresentado os quilombolas e/ou afrodescendentes. É nesse contexto, que se faz relevante investigar e incentivar processos que envolvem as lutas pela preservação da identidade e das culturas ancestrais para que resistam a destruição cultural imposta pelos modelos de desenvolvimento capitalista.

No contexto da suposta integração e interdependência entre as economias locais, nacionais e regionais – da economia sem limites ou fronteiras – numa sociedade marcada pelo incessante desenvolvimento tecnológico, pela individualidade, individualismo e interiorização do ser humano em si mesmo, acorrentado à superficialidade do mundo digital (computadores, telefones celulares, laptops, redes sociais, virtualidade da vida social) os hábitos, costumes, crenças e tradições do passado tem sido sistematicamente esquecidos e, em muitas situações, completamente negados.

Os mais diversos grupos étnicos têm sido vítimas da destruição de sua cultura ante o frenético processo de desenvolvimento e expansionismo do capitalismo, evidenciando uma realidade em que os conhecimentos ancestrais tendem à extinção. Esses saberes têm muito valor, aliás, o valor é inestimável em nosso entendimento, pois envolve a medicina tradicional, técnicas de cultivos, línguas, religiões, hábitos, costumes e práticas culturais, dentre outros elementos que são singulares e caracterizam as diversas comunidades, populações e/ou sociedades no transcorrer da história da humanidade.

Nossas investigações apontaram que nos últimos anos, as comunidades afrodescendentes têm conquistado direitos importantes em decorrência da organização e mobilização social. A luta dessas comunidades têm avançado na concretização de políticas públicas para a satisfação de suas reivindicações e necessidades, como a propriedade da terra, o fornecimento de serviços públicos de educação, saúde, saneamento básico, transporte, reconhecimento e valorização de suas atividades produtivas artesanais, possibilitando a melhoria da qualidade de vida. Contudo, ainda há muito a ser feito, a ser assegurado pelo Estado para que o discurso de uma sociedade mais justa, inclusiva, igualitária se materialize.

É no interior desse contexto, que a presente pesquisa intencionou promover a

discussão sobre as tradições culturais de parte da população brasileira, mais especificamente da cultura ancestral das famílias afrodescendentes do município de Piracanjuba/GO, com o propósito de averiguar as suas realidades na atualidade, sobretudo, aquelas vinculadas direta e/ou indiretamente à Associação Quilombola Ana Laura, a partir do seu estabelecimento neste espaço territorial. Nessa direção, partimos dos seguintes questionamentos para realizar as nossas investigações:

1. Como se caracteriza a comunidade afrodescendente de Piracanjuba?
2. Quais são as tradições culturais ainda praticadas pelas famílias afrodescendentes de Piracanjuba/GO e como são compartilhadas com as novas gerações?
3. Como foi constituída a Associação Quilombola Ana Laura e qual a sua importância para as famílias afrodescendentes de Piracanjuba/GO?

Acreditamos ser pertinente ressaltar que, por mais intenso, mais impiedoso e mais devastador que seja o desenvolvimento do sistema econômico-produtivo capitalista, existem movimentos que resistem à expansão urbano-industrial, mantendo-se na luta pela proteção e propagação de tradições ancestrais com vistas a assegurar a preservação das identidades e memórias culturais dos povos remanescentes de quilombo (afrodescendentes).

Os processos sociais, econômicos, políticos, ambientais e culturais das comunidades quilombolas no Brasil têm sido objeto de muitos estudos e pesquisas que procuram contribuir de forma teórica e prática sobre as realidades que envolvem e caracterizam estas comunidades. Contudo, é importante mencionar que são menos incidentes as aproximações e estudos sobre as condições socioeconômicas disponíveis para auxiliar e/ou garantir a existência e a preservação das culturas ancestrais em nível local. É diante dessa constatação, que acreditamos na relevância da presente pesquisa sobre as famílias afrodescendentes e a Associação Quilombola Ana Laura de Piracanjuba/GO.

Optamos por utilizar os elementos da Investigação-Ação-Participativa (IAP), perspectiva com diversas e múltiplas influências que se identifica com a escola crítica de pensamento latino-americano de origem marxista que, por sua vez, critica os modelos clássicos e conservadores de fazer pesquisa, propondo a necessidade de criar linhas e escolas de pensamento próprias, coerentes e congruentes com as históricas crises das populações pobres de nosso continente.

Essa perspectiva teórico-metodológica contribuiu para a nossa aproximação junto à Associação Quilombola Ana Laura e possibilitou conhecer de perto a realidade de uma comunidade afrodescendente na microrregião Meia Ponte do Estado de Goiás, por meio da leitura das dinâmicas sociais próprias, específicas e particulares das famílias do município de

Piracanjuba, concentrada em seus aspectos históricos, culturais, organizativos e comunitários no contexto da globalização capitalista.

Esclarecemos que a nossa escolha, a nossa aproximação e o nosso encontro com a Associação Quilombola Ana Laura levou em consideração a questão de espaço-tempo, pois a o município de Piracanjuba/GO é relativamente próximo à sede do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade da Universidade Estadual de Goiás (PPGAS/UEG), localiza-se na cidade de Morrinhos/GO (56 km), local de moradia deste pesquisador, que no decurso de sua carreira acadêmica sempre buscou refletir sobre a importância dos processos que identificam e caracterizam os povos negros afrodescendentes. Portanto, a existência da Associação Quilombola Ana Laura constituiu uma interessante possibilidade de desenvolver a pesquisa para que pudéssemos nos aproximar das realidades das comunidades quilombolas goianas – Cromínia, Professor Jamil, Aparecida de Goiânia –, que mantêm estreita relação com a comunidade de Piracanjuba.

Destacamos que a Associação Quilombola Ana Laura coordena a realização de atividades e campanhas contra a discriminação, em prol do reconhecimento e trato igualitário dos afrodescendentes e faz pressão junto às instituições públicas para a concretização de ações afirmativas, sendo partícipes de significativos processos de transformação da realidade social do município, pois constitui exemplo concreto de resistência, organização e mobilização política e social.

Nesse sentido, entendemos que as comunidades quilombolas por suas tradições culturais procuram resistir ao processo de mundialização do capital. Portanto, o conceito de resistência utilizado nesta pesquisa “tem a ver com a atitude de não acomodação diante do processo acelerado e muito violento da globalização, e, está relacionada às práticas e defesa de uma visão de mundo mais justo e de mudar o que está posto” (OLIVEIRA; PROEÇA; CRUZ, 2014, p. 93). Nos amparamos também, na concepção de política liberal que:

[...] pressupõe que os direitos individuais superam os reservados ao Estado, por terem tido aqueles origem anterior ao contrato social. Tanto é que o direito de resistir ao Estado consta como direito inalienável na Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão (USP, 2014), carta revolucionária francesa até hoje em vigor, cujo teor do artigo 2º explicita que “a finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão” (SALLES; MATIELLO; OLSSON, 2017, p. 741).

Nos capítulos apresentados a continuação da presente dissertação, começamos pela gênese dos quilombos no Brasil por meio de um recorte histórico, entendendo sua conformação e desenvolvimento na perspectiva dos movimentos sociais latino-americanos de luta e resistência. Posteriormente, procuramos explicar a perspectiva de pesquisa empregada

no processo investigativo, assim como a descrição do caminho percorrido para estudar a Associação Quilombola Ana Laura e demonstrar as análises qualitativas e quantitativas das informações coletadas no processo da pesquisa, com vistas a conhecer a sua história, tradições culturais, organização e atividades políticas, sociais, econômicas e, sobretudo, culturais.

2 COMUNIDADE AFRODESCENDENTE DE PIRACANJUBA/GO

Apresentamos neste capítulo as ideias centrais e os principais pressupostos teóricos e conceituais da temática pesquisada, assim como procuramos explicar a fundamentação que sustenta a nossa opção metodológica, ou seja, a Investigação-Ação-Participativa (IAP). Em segundo momento, especificamos o desenho metodológico trabalhado, pontuamos sobre as técnicas de coleta de informação e realizamos a exposição das atividades desenvolvidas para que pudéssemos atingir os objetivos propostos. Para encerrar este capítulo, esclarecemos a necessidade e importância da realização de pesquisas na perspectiva de estudo de caso, na medida em que entendemos que constitui ferramenta idônea para a aproximação e conhecimento de diversas e heterogêneas realidades vividas e enfrentadas pelas comunidades quilombolas.

2.1 Localizando o Estudo: Piracanjuba e Associação Ana Laura

É necessário desenvolver modelos de pesquisa que possam colaborar para os processos de resistência que perpassam as comunidades quilombolas do Estado de Goiás, na perspectiva de tornar possível a preservação das tradições ancestrais e, portanto, aportar na salvaguarda da identidade e memória de suas culturas nos dias atuais. É preciso pensar estratégias que caminhem para o fortalecimento das potencialidades locais, num mundo em que o tradicional, cada vez mais, tende a se tornar efêmero. A proposição dessa abordagem, parte do entendimento de que a educação crítica e transformadora é a via pela qual os povos latino-americanos tem que se embasar.

Nesse sentido, é indispensável o estudo de teorias e práticas de pesquisas com as comunidades para a criação de ferramentas destinadas à análise da realidade dos povos latino-americanos, em especial, brasileiros. As comunidades afrodescendentes têm sido expostas ao longo de décadas às injustiças das políticas econômicas e sociais do sistema capitalista, fazendo-se necessário o desenvolvimento de ações para que a garantia dos direitos dessas populações sejam efetivadas por parte do Estado, impactando positivamente sobre as realidades por elas enfrentadas em território goiano – mais especificamente – considerando, sobretudo, a necessidade de preservação de suas tradições culturais.

É evidente que as comunidades quilombolas goianas se assemelham às mais diversas comunidades étnicas latino-americanas, na medida em que estão igualmente expostas ao forte processo de vulnerabilização de seus direitos e de suas tradições culturais. Além da existência de algumas medidas implementadas pelo Estado, decorrência em boa parcela da pressão dos movimentos sociais e organizações afrodescendentes nacionais e internacionais para a

concretização de ações afirmativas para suas comunidades. Em contrapartida, a globalização econômica as submete a um contexto de esvaziamento de tais tradições que tendem a “evaporar” entre os fluxos do capital. Ante as transformações que enfrenta a sociedade contemporânea, é essencial produzir estratégias que possibilitem às comunidades quilombolas a proteção de suas tradições ancestrais e, neste contexto, o Estado tem papel fundamental, pois é a instituição capaz de implantar e implementar políticas públicas em defesa dessas populações.

Esclarecemos que o município de Piracanjuba está localizado no interior do Estado de Goiás, mais exatamente na mesorregião Sul Goiano e na Microrregião Meia Ponte; encontra-se a 87 km de Goiânia (capital do Estado) e caracteriza-se por ser um município com extensas áreas rurais dedicadas à monocultura, primordialmente, de soja (IGBE, 2008). De acordo aos relatos dos entrevistados, nas terras que constituem o espaço territorial do atual município de Piracanjuba, no Período Colonial e Período Imperial, foi habitado por negros afrodescendentes provenientes, em sua maioria, do município de Santa Cruz/GO.

Ali encontraram um refúgio para livrarem-se dos grilhões da escravidão e para a sua salvaguarda. Desse passado é resultado direto a Associação Quilombola, que nos processos de organização interna e externa identifica-se com todas as outras comunidades quilombolas do País, visto que se encaminhou convictamente para o reconhecimento dos direitos para a população afrodescendente residente de Piracanjuba/GO. Hoje a Associação é reconhecida pela Fundação Cultural Palmares (2015), desenvolve várias ações e atividades para a preservação da cultura ancestral, contra o racismo e para a melhoria da qualidade de vida dos associados, em sua ampla maioria, descendente de escravos e quilombolas.

Diante desse cenário, buscamos identificar as famílias afrodescendentes que são vinculadas à Associação Quilombola Ana Laura, no município de Piracanjuba/GO, na perspectiva de fazer um exercício de reconstrução histórica do seu processo organizativo e dialogar com a comunidade sobre os impactos causados pelas políticas neoliberais associadas ao *continuum* da globalização nas práticas e preservação de culturas ancestrais no atual contexto de permanente urbanização, industrialização, tecnologização da sociedade. Tendo em vista aprofundar as nossas investigações, definimos os seguintes objetivos específicos:

1. Investigar a história das famílias afrodescendentes do município de Piracanjuba/GO;
2. Identificar as tradições culturais praticadas pelas famílias afrodescendentes em Piracanjuba/GO;
3. Investigar o papel da Associação Quilombola Ana Laura e construir possíveis

perfis das famílias que a constitui.

2.2 Apontamentos sobre o Referencial Teórico-Metodológico

Na perspectiva de sustentar os nossos apontamentos sobre a temática central da pesquisa, tomamos algumas referências teóricas, resultado da revisão da literatura realizada previamente. Esses referenciais contemplam elementos para a compreensão da complexidade histórica das populações goianas afrodescendentes em relação à globalização da economia, divididas em três frentes: Quilombos no Brasil; Globalização e Capitalismo; Tradições e Culturas Ancestrais dos Povos Afrodescendentes no Brasil.

Nesse sentido, Almeida (2013) traz as suas contribuições para o presente estudo ao argumentar que dentre os principais elementos que caracterizam as comunidades quilombolas no Brasil estão a resistência e a territorialidade:

Resistência porque as comunidades quilombolas são o resultado da luta dos negros, inicialmente, contra a escravidão e, atualmente, contra os processos de destruição das identidades culturais e de todas as formas de vida não perfeitamente alinhadas com a reprodução do capital. É o fenômeno da quilombagem, feliz expressão de Clóvis Moura, que busca definir as comunidades de quilombo pela sua integração com o processo histórico e político e como *práxis* (ALMEIDA, 2013, p. 1).

O processo de luta e viabilização dos direitos por parte da população afrodescendente do Brasil tem mais de quatro séculos de história, marcada pela exploração¹, desrespeito, violência e ausência total de humanidade imposta aos diversos povos africanos que foram expropriados de sua própria existência no decorrer dos Períodos Colonial e Imperial, adentrando à República, fez-se questão de manter no esquecimento da numerosa e importante população, responsável pela construção da nação brasileira.

Apesar da legislação de nosso país, assegurar alguns direitos e reconhecer parte das necessidades e realidades das comunidades e territórios quilombolas, muitos desses dispositivos apresentam contradições, na medida em que constituem “letra morta” na prática, ou seja, as leis não são cumpridas, pois as realidades históricas que marcaram as trajetórias de lutas das populações afrodescendentes no Brasil distinguem-se na relação espaço-tempo. Portanto, para entender as condições de existência e de sobrevivência das comunidades quilombolas na atualidade é preciso compreender as relações políticas, econômicas, sociais, culturais que expressam a essência da sociedade em permanente globalização.

¹ Entendemos este conceito a partir da perspectiva marxista que afirma que “a exploração da força de trabalho assalariado é a condição básica da acumulação do capital mediante as relações de produção de natureza capitalista” (MARX, 1996, p. 17).

Nesse contexto, Iocca e Iocca (2012) nos chamam a atenção para não incorrerem em engano e relacionar de forma estrita similaridades entre as comunidades afrodescendentes do passado com as comunidades do momento presente. As autoras afirmam que os quilombos do período da escravidão eram constituídos predominantemente:

[...] por negros fugidos dos castigos físicos e morais e negros libertos, sem meios de sobrevivência, com os quilombos atuais, tratando-se de um pensamento muito mais folclórico que real. Embora haja uma linha entre o passado e presente, ou seja, que estabelece a relevância e legitima o direito dessas comunidades que estão ligadas à terra, por meio da herança histórica e cultural, a remanescência dessas comunidades vai além dos aspectos históricos e culturais, pois abarca outros significados de ordem sociológica e antropológica (IOCCA; IOCCA, 2012, p. 3-4).

Por outro lado, não é possível negar que na sociedade contemporânea as comunidades afrodescendentes conquistaram alguns avanços, na medida em que ultrapassam as restrições e/ou limites das lembranças históricas do passado escravocrata, também não podemos negar e, muito menos esquecer, as suas raízes e a ligação com o espírito de luta e resistência à exploração do “povo branco”:

[...] Essas comunidades permaneceram, por muito tempo, às margens da história contada, bem como da sociedade e, atualmente, mesmo diante da conquista insculpida na Constituição Federal vigente, reconhecendo direito à propriedade definitiva de suas terras, ainda encontram-se precariamente incluídas neste Estado que se pretende democrático e de direitos (SILVA, 2013, p. 17).

Portanto, também podemos afirmar, sem qualquer risco de contradição, que as políticas globalizantes neoliberais fortificadas pelo poder de atuação do Estado a serviço da ideologia dominante não reconhecem e/ou viabilizam a garantia dos direitos de:

[...] grupos marginalizados, como as comunidades quilombolas, que encontraram amparo na Constituição, com o objetivo de serem vistos e ouvidos, a tomam como ponto de partida para a construção de horizontes possíveis, onde a democracia apresenta-se como permanente desafio. Assim, compreender os diferentes mecanismos de construção política, histórica e econômica da realidade e das estruturas sociais, é imprescindível para uma luta articulada capaz de se reinventar do mesmo modo que o capitalismo o faz, avançando na conquista e consolidação de direitos (SILVA, 2013, p. 17).

Nas últimas décadas vários países latino-americanos – Colômbia (1991), Equador (1998) e Venezuela (1999) – vêm reconhecendo e respeitando a diversidade étnica e cultural de suas populações, estabelecendo em suas cartas magnas o direito à diversidade cultural, por exemplo. A Constituição da República Federativa do Brasil (1988) define o país como multiétnico. Assim sendo, “em vista dessas mudanças criam-se novos desafios na esfera pública para estabelecimento à construção de políticas públicas, em específico, a política de desenvolvimento. É necessário elaborar políticas de desenvolvimento econômico que levem em conta essa riqueza cultural” (RODRIGUES, 2015, p. 92).

Rodrigues (2015, p. 92), ao analisar o Programa Brasil Quilombola da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Ministério da Justiça e Cidadania aponta que

esta política pública “parte do entendimento de que os quilombos constituem sistemas em que as dimensões sociopolíticas, econômicas e culturais são significativas para a construção e a atualização de sua identidade e que a discussão do desenvolvimento está imbrincada às identidades”.

Cabe ressaltar que a discriminação racial se materializou e desenvolveu como uma espécie de base de sustentação ideológica da sociedade brasileira. O racismo por inúmeros anos e por várias gerações desempenhou uma função mediadora das relações sociais:

[...] estabelecidas em nossa sociedade, hierarquizando-a injustamente com base na subjugação da população negra. Por outro lado, o fim da escravidão não foi precedido da políticas publicas antirracistas que teriam contribuído para romper com os séculos de atraso que nos prenderam e nos prendem ate hoje aos grilhões de uma pré-modernidade legada pela injustiça de nossos colonizadores (FERREIRA, 2014, p. 170).

As dinâmicas que a sociedade contemporânea atravessa são consequência da aplicação de modelos econômicos que envolvem todo o mundo. O Estado-Nação tende, cada vez mais, a perder a sua autonomia e a secundarizar as suas propriedades, convertendo-se em títere das diretrizes dos grandes centros econômicos, que detêm o poder econômico e, portanto, tomam decisões que afetam a todos. Comparato (2015) argumenta que, no atual estágio de penetração do capitalismo na sociedade global é bastante possível que:

[...] se instaure desde logo, no mundo todo, uma fase de estagnação econômica generalizada, justamente devido à implantação mundial do capitalismo financeiro, em substituição ao capitalismo industrial. E a razão é óbvia: enquanto a essência da atividade industrial é a produção de bens, a atividade financeira por si mesma não produz nenhuma riqueza concreta de base. Como se vê, a celebrada eficiência do sistema capitalista na produção de riqueza vê-se hoje totalmente desmentida. Com isso, a fantástica desigualdade social, por ele criada no mundo inteiro, já não tem a menor condição de ser reduzida, menos ainda eliminada. No início da Revolução Industrial, estimou-se que entre o povo mais rico e o mais pobre do planeta a diferença em termos econômicos era de 2 para 1; atualmente, ela é estimada em 80 para 1. Levando-se em conta o crescimento inexorável da população mundial e a estagnação geral da produção de bens, notadamente de alimentos, não é difícil visualizar o prognóstico sombrio de Malthus, feito no final do século XVIII. E as vítimas serão, como sempre, as camadas mais pobres do mundo todo (COMPARATO, 2015, s/n).

Nesse contexto, além das evidentes problemáticas que afetam diretamente a imensa massa populacional pobre do Planeta é que se faz urgente a implementação de ações para o enfrentamento dessa realidade, na qual estão inseridas as comunidades quilombolas (afrodescendentes) do Brasil. O Estado precisa assumir as suas responsabilidades alinhadas aos dispositivos legais constitucionais para o reconhecimento, respeito, preocupação e valorização das tradições étnicas e culturais das comunidades afrodescendentes brasileiras.

Um dos aspetos que mais chama a atenção é o destino das tradições ancestrais das comunidades quilombolas ante ao mundo contemporâneo. A identidade dessas comunidades

remete as suas origens aos seus ancestrais e é preservada em decorrência da prática e difusão de suas tradições, hábitos e costumes, de sua cultura em si.

De acordo com as análises de Sales (2009, p. 130) podemos afirmar que o recorrente emprego da palavra “matriz africana” em discursos oficiais ou não, orais ou escritos, particulares ou públicos caracterizam “a referência (e a reverência) à origem, à memória, à ancestralidade como valor importante na constituição das identidades sociais, na formulação das demandas políticas e na legitimação da agenda pública resultante destes processos”. O autor prossegue e argumenta que:

[...] a articulação da africanidade à agenda pública da negritude nas ações afirmativas corresponde a uma articulação, não sem tensão, do discurso da tradição (e de sua preservação) com um discurso do desenvolvimento, oscilando entre as retóricas da autenticidade (nas quais o negro afirma sua diferença como povo negro) e do reconhecimento (em que o negro busca ser aceito como igual) como cidadão brasileiro (SALES, 2009, p. 131).

Sousa e Molina (2013, p. 14), de sua parte, afirmam que a luta pela salvaguarda da cultura faz com que as comunidades remanescentes de quilombos se movimentem para preservar as suas identidades, “preservando seus costumes de ancestralidade, religião e demais culturas consideradas legados históricos para a posteridade”, na perspectiva de superar “a ideia de comunidade subalternizada, a exemplo da luta dos movimentos negros e demais instituições integradoras”. Precisamos utilizar os recursos e meios disponibilizados pela sociedade globalizada atual, não para empreender “uma (re)escravização das gerações do presente”, mas para atenuá-la por meio de uma *práxis* de “enaltecimento da cultura afrodescendente em detrimento dos benefícios econômicos e políticos” capitalistas (SOUSA; MOLINA, 2013, p. 14).

Ressaltamos que no sistema capitalista, a condição socioeconômica afeta e influencia as relações no interior da sociedade, porém há de se levar em conta que, sem exceção:

[...] todos os indivíduos estão imersos em ambientes culturais ainda que em modalidades muito desiguais de acesso pleno aos seus estoques e fluxos. Mesmo a fruição e o consumo, talvez a esfera mais larga de participação pode ser obstruída por requisitos econômicos, sociais e educacionais que limitam tal acesso. Mas de diferentes maneiras e graus todos vivem um ambiente cultural, em menor ou maior intensidade (RUBIM, 2005. p. 14).

A configuração das realidades do mundo a partir da globalização, os elementos e as transformações geradas a partir desse fenômeno em conexão com as comunidades quilombolas enfrenta dificuldades e desafios das mais diversas ordens (política, econômica, social, cultural, ambiental etc.). Perante essas situações, é preciso identificar os problemas e necessidades de cada contexto, a fim de resgatar as suas tradições e promover a sustentabilidade do meio em que estão inseridas. Segundo as reflexões de Barbero (2002) o

processo de globalização da economia:

[...] diminui a importância do tradicional e desvaloriza referências territoriais de identidade. Afirmções contraditórias e complementares das culturas locais e regionais são reavaliadas a cada dia, exigindo maior autodeterminação, o que é um direito contar com as decisões econômicas e políticas para a construção de suas próprias imagens e a dizer-nos a sua própria história (BARBERO, 2002, p. 348).

Touraine (2013, p. 140), por sua vez afirma que se no passado recente da sociedade capitalista o Estado era responsável pela garantia de uma vida melhor para a sua população, na atualidade, apesar de ter perdido um pouco de sua capacidade neste sentido e em decorrência da voracidade do processo de globalização, consegue de acordo com a “vontade de cada nação ou de cada região proteger-se contra as consequências do ininterrupto expansionismo econômico capitalista para salvaguardar o seu passado, o seu patrimônio, a sua linguagem e memória”.

2.3 Metodologia Empregada na Pesquisa: Investigação-Ação-Participativa

Esclarecemos que a proposta metodológica para pesquisar a influência do neoliberalismo no contexto de globalização da sociedade contemporânea sobre os conhecimentos ancestrais das famílias afrodescendentes de Piracanjuba/GO se localiza no emprego de uma abordagem qualitativa, orientada pelos pressupostos da Investigação-Ação-Participativa (IAP). Na abordagem qualitativa o investigador tem que indagar seus meios valendo-se de diversas ferramentas, técnicas e procedimentos para realizar o estudo, como entrevistas abertas semiestruturadas, observação participativa e grupos focais, pois permite aprofundar o conhecimento que tem a comunidade sobre os temas abordados na pesquisa.

No interior das Ciências Sociais na América Latina da década de 1970, foram criadas significativas correntes de pensamento que encontraram uma maneira de aportar nas crises dos pobres do subcontinente os processos acadêmicos e intelectuais, adentrando nas comunidades e desenvolvendo modelos de pesquisa que procurassem contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações que sofrem as nefastas consequências do modelo de desenvolvimento da economia empregado pelo sistema capitalista de produção.

Nesse contexto, sobressaem duas escolas de pensamento de repercussão mundial e com vários aspectos em comum, como por exemplo, a ideia de romper com o eurocentrismo acadêmico e a necessidade de criar modelos de pensamento a partir da América Latina, coerentes com as realidades e necessidades das comunidades de nossas terras. Essas escolas são: 1) Paulo Freire com a “Educação Popular”; 2) Orlando Fals Borda com a “Investigação-Ação-Participativa (IAP).

Essas propostas chegaram às universidades, aos intelectuais, aos acadêmicos, aos movimentos sociais. Essas correntes do pensamento crítico passaram a questionar os modelos educativos, pedagógicos e de pesquisa clássicos e conservadores da época, assim como, a interrogar o papel da academia com a sociedade, especialmente, no seu compromisso com as realidades enfrentadas pelos excluídos do poder da América Latina. Nesse contexto histórico, político, econômico e cultural – na mesma medida no interior das Ciências Sociais no subcontinente – foi sendo construída o que se tornou amplamente conhecida por IAP, que contou com as relevantes contribuições de intelectuais e pesquisadores latino-americanos para sustentar as suas estruturas conceituais, sociais e políticas. O intelectual colombiano Orlando Fals Borda na obra “Conhecimento de Poder Popular” (1983) aponta a impossibilidade:

[...] de explicar o aparecimento da pesquisa-ação-participação nem captar seu sentido fora do contexto econômico, social e científico da região latino-americana a partir dos anos 1960. Os ingredientes que a formaram provêm do impacto causado pelas teorias da dependência (Cardoso, Furtado) e da exploração (González, Casanova), a contra-teoria da subversão (Camilo Torres), a teologia da libertação (Gutierrez), as técnicas dialógicas (Paulo Freire) e a reinterpretção das teses de compromisso e de neutralidade dos cientistas, tomadas de Marx e Gramsci (VIEZZER, 2005, p. 279).

Fals Borda (1983 apud MARIÑO, 2008, p. 37) esclarece que “o conhecimento empírico é conceituado pelo acadêmico, materializado, escrito e a investigação participativa se faz como renascimento com o propósito de juntar o saber popular ao acadêmico²”. A associação dos diferentes segmentos, saberes populares, conhecimentos acadêmicos e ação caracterizam, de fato, as:

[...] tensões dessa corrente do pensamento latino-americano sistematizada por Fals Borda quando se faz o balanço histórico da IAP: em primeiro lugar, a tensão entre teoria e prática que conduz a um diálogo entre saberes teóricos e saberes práticos convertendo o investigador em um educador a partir do princípio freireano de “conscientização dialógica”. Desta tensão se compreende “o pausado ritmo de reflexão e ação” que deve acompanhar os processos de investigação em um caminho em “espiral”, segundo palavras do educador australiano Stephen Kemmis (1989) que encontrou nesta modalidade de investigação o fundamento de uma ciência social crítica bem demarcada das correntes positivistas e hermenêuticas (ORTIZ; BORJAS, 2008, p. 617)³.

Nesse sentido, teoria e prática são indissociáveis, pois constituem duas etapas ou

² Original na Língua Espanhola: [...] “el académico lo que hacia era conceptualizar ese saber empírico, lo materializaba, lo escribía, la investigación participativa, como se hacia en el renacimiento, intenta juntar de esa manera el saber popular y el académico” (MARIÑO, 2008, p. 37).

³ Original na Língua Espanhola: [...] tensiones de esta corriente del pensamiento latinoamericano sistematizadas por Fals Borda (2007) cuando hace el balance histórico de la IAP: en primer lugar, la tensión entre teoría y práctica que conduce a un diálogo entre saberes teóricos y saberes prácticos convirtiendo al investigador en un educador desde el principio freireano de la “concientización dialógica”. Desde esta tensión se comprende “el pausado ritmo de reflexión y acción” que debe acompañar los procesos de investigación en un camino en “espiral” según palabras del educador australiano Stephen Kemmis (1989), quien encontró en esta modalidad de investigación el fundamento de una ciencia social crítica bien demarcada de las corrientes positivistas y hermenêuticas (ORTIZ; BORJAS, 2008, p. 617).

duas fases distintas, mas que se fundem como meio para a interpretação, como processo único e comum, contudo, “priorizando sempre a prática e colocando o conhecimento teórico a serviço do melhoramento da prática” (ORTIZ; BORJAS, 2008, p. 617). Entretanto, argumentam as autoras, Orlando Fals Borda:

[...] não nega a possibilidade de que as universidades podem participar de forma direta na resolução de problemas concretos da sociedade, porém isso supõe, segundo este pesquisador colombiano, passar do conceito de “extensão universitária” ao de “universidade participante”: a educação deve se fazer no pensamento e na academia, no mundo, na vida no contexto (ORTIZ; BORJAS, 2008, p. 617)⁴.

É importante entender que o respeito, reconhecimento e resgate das sabedorias populares são indispensáveis, assim como o sentido comum e a cultura do povo para a criação e obtenção de conhecimento científico, reconhecendo o papel dos partidos e outros organismos políticos ou organizativos como receptores do processo investigativo e protagonistas históricos (FALS, 1979, p. 279).

Fals Borda (apud ANDER-EGG, 2003, p. 12) explica que as técnicas da Investigação-Ação-Participativa não dispensam o uso flexível e rápido de outras técnicas derivadas tradição das ciências sociais como os documentos escritos, a observação, os questionários, as entrevistas e infere ainda que “há um modo diferente de fazer que se traduz na prática, porém não nas técnicas próprias para a coleta de dados⁵”.

O objetivo é produzir conhecimento e ações para as comunidades promovendo o fortalecimento da educação por meio de processos de construção que escutam as realidades e necessidades cotidianas (URREGO; 2009). Num projeto de Investigação-Ação-Participativa, segundo Eizagirre e Zabala temos:

a) A investigação consiste em um procedimento reflexivo, sistemático, controlado e crítico que tem por finalidade estudar algum aspecto da realidade com uma expressa finalidade prática; b) A ação não é a finalidade última da investigação, também representa uma fonte de conhecimento, ao mesmo tempo da própria realização do estudo, é assim uma forma de intervenção; c) A participação significa que no processo estão envolvidos não só os investigadores profissionais, mas também a comunidade destinatária do projeto, que não é considerada como simples objeto de investigação, mas como sujeito ativo que contribui para o conhecimento e transformação de sua própria realidade (EIZAGIRRE; ZABALA apud COLMENARES, 2011, p. 109)⁶.

⁴ Original na Língua Espanhola: [...] no niega la posibilidad de que las universidades puedan participar de forma directa en la resolución de problemas concretos de la sociedad, pero eso supone, según este investigador colombiano, pasar del concepto de “extensión universitaria” al de “universidad participante”: la educación debe hacerse no pensando en la academia sino en el mundo, en la vida, en el contexto (ORTIZ; BORJAS, 2008, p. 617).

⁵ Original na Língua Espanhola: “hay un modo diferente de hacer que se traduce en la práctica, pero no en las técnicas propias para la recogida de datos”.

⁶ Original na Língua Espanhola: La investigación consiste en un procedimiento reflexivo, sistemático, controlado y crítico que tiene por finalidad estudiar algún aspecto de la realidad con una expresa finalidad práctica. b) La acción no sólo es la finalidad última de la investigación, sino que ella misma representa una fuente de conocimiento, al tiempo que la propia realización del estudio es en sí una forma de intervención. c) La

Uma das principais distinções – com todo o respeito a outras metodologias ou correntes de investigação qualitativa – é a forma de interação do pesquisador com o sujeito da pesquisa, não se refere a um objeto, envolve a todos, fortalecendo simultaneamente processos educativos e políticos nas comunidades. “Calcula-se que a IAP é ensinada e praticada em pelo menos 2.500 universidades de 61 países⁷” (FALS BORDA, 2008, p. 82). É importante lembrar a ênfase que a IAP faz na necessidade de criar conhecimentos e leituras da realidade, que correspondam com o contexto e reconheçam as singularidades e particularidades próprias de cada território, afastando o eurocentrismo acadêmico e intelectual:

[...] a teoria crítica eurocêntrica foi construída em poucos países europeus (Alemanha, Inglaterra, França, Rússia e Itália). Com o objeto de influenciar nas lutas progressistas desta região do mundo, as lutas mais inovadoras e transformadoras vêm acontecendo no Sul, no contexto de realidades sócio-políticas-culturais muito diferentes. Além, a distância absurda entre a teoria e a prática, que não é apenas produto das diferenças nos contextos. É uma distância epistemológica ou ontológica: os movimentos do continente latino-americano constroem sua luta sobre a base dos conhecimentos ancestrais, populares e espirituais que sempre foram estranhos ao cientificismo próprio da teoria crítica eurocêntrica. Por outro lado, suas concepções ontológicas sobre o ser e a vida são muito diferentes do presentíssimo e individualismo próprios ocidentais. Os seres são comunidades são seres antes que indivíduos e nessas comunidades estão presentes e vivos os antepassados, assim como os animais e a terra. Estamos ante a cosmovisões não-ocidentais que forçam a um trabalho de tradução intercultural para poder ser entendidas e valoradas (SANTOS, 2010, p. 33)⁸.

Atualmente a IAP é uma corrente de pensamento e uma escola para desenvolver pesquisa com mais de quatro décadas de tradição, desde sua gênese nas aulas universitárias, na educação popular e nos movimentos sociais da América Latina. Transpassando as fronteiras de sua criação, e convertendo-se numa alternativa coerente com as realidades dos pesquisadores e intelectuais comprometidos com as injustiças que vivem os marginalizados do poder no mundo.

participación significa que en el proceso están involucrados no sólo los investigadores profesionales, sino la comunidad destinataria del proyecto, que no son considerados como simples objetos de investigación sino como sujetos activos que contribuyen a conocer y transformar su propia realidad (apud COLMENARES, 2011, p. 109).

⁷ Original na Língua Espanhola: “Se calcula que la I.A.P., se enseña y/o practica hoy en por lo menos 2.500 universidades de 61 países” (FALS BORDA, 2008, p. 82).

⁸ Original na Língua Espanhola: La teoría crítica eurocéntrica fue construída en unos pocos países europeos (Alemania, Inglaterra, Francia, Rusia e Italia). Con el objeto de influir en las luchas progresistas de esa región del mundo, las luchas más innovadoras y transformadoras vienen ocurriendo en el Sur, en el contexto de realidades socio-político-culturales muy distintas. Sin embargo, la distancia fantasmal entre la teoría y la practica no es solamente el producto de las diferencias de contextos. Es una distancia más bien epistemológica o hasta ontológica. Los movimientos del continente latinoamericano, mas allá de los contextos, construyen su lucha sobre la base de los conocimientos ancestrales, populares y espirituales que siempre fueron ajenos al cientismo propio de la teoría crítica eurocéntrica. Por otro lado, sus concepciones ontológicas sobre el ser y la vida son muy distintas del presentismo y del individualismo occidentales. Los seres son comunidades de seres antes que individuos, y esas comunidades están presentes y vivos los antepasados así como los animales y la madre tierra, Estamos ante cosmovisiones no-occidentales que obligan a un trabajo de traducción intercultural para poder ser entendidas y valoradas (SANTOS, 2010, p. 33).

Em suma, a nossa escolha pela utilização da IAP, além de sua flexibilidade e variedade técnica, consideramos, sobretudo, as possibilidades de ação e ativa participação do pesquisador e das famílias investigadas em Piracanjuba/GO nos diversos momentos da pesquisa, orientada pelas seguintes fases:

1. Estudo preliminar da região e da população pesquisada;
2. Montagem institucional e metodológica;
3. Revisão Bibliográfica;
4. Apresentação da pesquisa aos membros da comunidade;
5. Diálogo com instituições da administração pública e organizações não governamentais no município;
6. Apresentação da proposta de pesquisa para as pertencentes à Associação Quilombola Ana Laura;
7. Acompanhamento das atividades da comunidade, realização de entrevistas e rodas de conversa;
8. Transcrição, organização e sistematização da informação;
9. Interpretação e análise crítica da informação;
10. Elaboração do plano de ação (redação da dissertação);
11. Divulgação dos resultados (qualificação e defesa da dissertação);
12. Retorno dos resultados da pesquisa para com a comunidade.

A nossa expectativa foi de contribuir na luta pelo reconhecimento e valorização da cultura afrodescendente que se enfrenta aos interesses econômicos e políticos do grande capital.

2.4 Percurso Metodológico da Pesquisa de Campo

Após definir a comunidade e as possíveis linhas de investigação, demos início ao processo de aproximação e desenvolvimento da pesquisa em campo com a comunidade e a Associação Quilombola Ana Laura de Piracanjuba/GO, no mês de agosto de 2016. Primeiramente buscamos informações na Secretaria de Cultura do município, onde servidores explicaram que a comunidade afrodescendente estava organizada por meio da Associação Quilombola Ana Laura e que a Prefeitura Municipal apoiava as ações que eles desenvolviam, organizados pela presidente da Associação, Senhora Lucy Tavares. Estabelecemos o primeiro contato com a Sra. Lucy, que nos forneceu uma introdução sobre o movimento quilombola em Piracanjuba. Apresentamos o nosso projeto e conversamos sobre a intencionalidade de

fazer uma pesquisa com a comunidade, explicando a informação geral, as ideias centrais e a perspectiva da investigação a ser trabalhada.

O segundo encontro, realizado no mês de setembro de 2016, conversamos com a Sra. Lucy num espaço histórico do município, considerado o centro do estabelecimento dos primeiros assentamentos quilombolas, local que abriga a “Casa das Tamarindas” – uma das famílias-tronco da comunidade. A conversa aconteceu debaixo de uma árvore, ao lado da Igreja de Nossa Senhora de Abadia, setor central do perímetro urbano da cidade na atualidade. Segundo a Sra. Lucy, a Igreja Católica, jamais permitiu que a população quilombola em seus festejos religiosos realizasse a coroação da imagem de Nossa Senhora em razão da cor de sua pele.

Esse fato marcou a vida de Lucy e a fez mudar de religião, para um templo espírita kardecista, sentindo a aceitação que não teve no templo católico. Conhecemos ainda, neste segundo encontro, a ponte do córrego das Lajes, que serviu para segregar e marginalizar a comunidade afrodescendente de Piracanjuba, que segundo a comunidade, é lembrado como um *apartheid* vivido na década de 1950.

Em nossa terceira visita/encontro com a Sra. Lucy, visitamos uma fábrica de fumo de corda, utilizado para fazer o conhecido “cigarro palheiro brasileiro”, que têm várias marcas que fazem alusão ao nome Piracanjuba. O processo de produção é realizado, em sua maioria, por mulheres quilombolas, já que encontra nesta atividade econômica uma fonte de recursos permanente.

Após essas primeiras aproximações e exposição das propostas iniciais da pesquisa, recebemos a autorização da Junta diretiva da Associação Quilombola Ana Laura para desenvolver as atividades de campo. Elaboramos um plano de trabalho conjunto e passamos a participar de diversos eventos, direta e/ou indiretamente, vinculados à Associação. Dentre os quais mencionamos:

Celebração da Consciência Negra em Piracanjuba (novembro/2016 e novembro/2017); Comemoração “Festa de 13 de Maio” (Piracanjuba, mai./2018); Comemoração do dia da Consciência Negra na Escola Quilombola Boa nova do Município de Professor Jamil (nov./2016 e nov./2017); I conferência da promoção de igualdade racial em Cachoeira Dourada (out./2017); No Seminário: Temas transversais e gênero em debate: IF Goiano, UEG, Dia internacional da mulher (out./2017); Agro-Expo-Oeste, encontro de agricultura familiar (Universidade Federal de Goiás, mai./2017), Palestra Ministrada em Universidade Privada de Piracanjuba em comemoração ao dia da Consciência Negra (out./2017).

A participação nesses eventos permitiu conhecer a comunidade mais detalhadamente e observar as interações e relações em seu interior, bem como verificar as ações que desenvolviam cotidianamente na condição de quilombola. Em cada uma dessas oportunidades, pudemos conversar com diferentes pessoas da Associação Ana Laura e com as comunidades das outras associações Quilombolas vizinhas, apreendendo em cada diálogo e interação pessoal e social sobre o seu modo de vida, o que gerou um vínculo de confiança muito importante para o pesquisador no processo de investigação – os níveis de confiança da comunidade com o pesquisador permitem uma aproximação mais veraz dos fatos.

A realização de algumas entrevistas foi realizada nas casas dos entrevistados, como no caso do Sr. Anastácio, da Sra. Bárbara e da Sra. Maria de Fátima Mendoza, o que favoreceu o exercício de observação das condições nas quais vivem as pessoas que fazem parte da Associação, sem contar as muitas visitas feitas na casa da Sra. Lucy, possibilitando olhar a cotidianidade das famílias, as conformações e dinâmicas familiares e alguns práticas culturais e costumes praticados.

Em fevereiro de 2017, participamos de uma reunião na Associação, ocasião em que foi possível apresentar às famílias da comunidade as intenções de nossa pesquisa, esclarecendo dúvidas e respondendo perguntas, explicamos os reais objetivos de nosso estudo e pedimos a aceitação e colaboração da comunidade no processo de pesquisa. Os quilombolas manifestaram interesse e disposição em contribuir com o estudo e, ao mesmo tempo em que realizávamos as atividades de observação participante, aplicávamos as entrevistas semiestruturas abertas para os membros da comunidade e para os representantes da Associação Ana Laura.

Figura 1 – Entrevista com Sr. Anastácio



Fonte: Arquivo Pessoal do Autor (2016)

A primeira entrevista foi com a Sra. Lucy Tavares num local próximo à Loja de Artesanato “As Lalinhas”, depois com o Sr. Anastácio Jacinto conhecido como Patriarca da

comunidade, em sua residência, enquanto a sua esposa Maria e sua filha Ana Paula, trabalhavam na fabricação de fumo de corda.

Na Figura 2, visualizamos a Sra. Bárbara Pereira, octogenária que viveu épocas difíceis de discriminação e exclusão social e econômica no município. Devido a sua frágil condição física, produto dos trabalhos feitos como “escrava”, a entrevista foi feita em sua casa – onde mora com seus filhos e netos –, no bairro São Vicente de Paulo de Piracanjuba/GO.

Figura 2 – Sra. Bárbara Pereira



Fonte: Arquivo Pessoal do Autor (2017)

Na sequência das entrevistas, realizamos uma atividade de reconstrução histórica, nomeada o “Círculo da Memória” em novembro de 2017, que contou com a participação de alguns membros mais antigos da comunidade em meio a um jantar onde falamos sobre os fatos que marcaram a comunidade em sua conformação. Participaram 12 pessoas: As Sras. Ana Paula Alves Jacinto, Ana Alice Alves Jacinto, Maria Aparecida de Freitas, Alzira Maria de Freitas, Palmira Gonçalves de Oliveira, Solange Gonçalves de Oliveira, Lucy Tavares, Bárbara Pereira, Maria de Fátima Mendoza e Maria de Fátima Gomes e o Sr. Anastácio Jacinto compartilharam suas histórias e as de seus ancestrais.

Figura 3 – Três Gerações de Quilombolas: Reconstruindo a História



Fonte: Arquivo Pessoal do Autor (2017)

Ainda no mês de novembro fizemos mais duas atividades: uma entrevista com a atual presidente da Associação Ana Laura, a Sra. Maria de Fátima Souza Mendoza – substituiu a Sra. Lucy na condução da Associação – descendente da família das Tamarindos; e com a Sra. Maria de Fátima Gomes, coordenadora do projeto de agricultura familiar. As duas últimas entrevistas foram efetuadas com o mestre e um aprendiz do grupo de Capoeira “Nativa”, Wagner de Melo Carvalhes da Serra, popularmente conhecido como “Mestre Rato” e Waister Alves Jacinto. Também entrevistamos Aline Alves Jacinto, professora e líder do grupo de dança “As Lalinhas” (Waister e Aline são netos do Sr. Anastácio). Posteriormente à realização das entrevistas, realizamos as suas transcrições e, na sequência, a organização e sistematização das informações colhidas, o que constituiu o insumo primário do capítulo quatro.

No transcorrer de nossas incursões a campo nos deparamos com a atuação de professores do Instituto Federal Goiano/Campus Morrinhos nas comunidades quilombolas da região – que gentilmente compartilham informações de suas pesquisas conosco –, por meio de formações pedagógicas acompanham as atividades no interior da comunidade e contribuem para o fortalecimento da produção agrícola e de artesanato, gerando renda para as famílias da Associação. Assim como também ressaltamos a atuação da secretaria de cultura da prefeitura de Piracanjuba.

Dessa forma, destacamos a valiosa contribuição para o universo das pesquisas sobre os quilombolas no Estado de Goiás realizada pelo Sindicato dos Bancários de Brasília, que contou com o apoio financeiro, o que permitiu traduzi-la no livro intitulado “A Verdade sobre a Escravidão Negra: No Distrito Federal e no Entorno”, lançado em Piracanjuba no Dia da Consciência Negra, em novembro de 2017.

Figura 4 – Sra. Lucy e Sr. Anastácio



Fonte: Arquivo Lucy Tavares (2017)

A Figura 4 que traz a Sra. Lucy e o Sr. Anastácio, registrando o dia do lançamento do livro em Brasília, que na capa traz a imagem de Sr. Anastácio ao lado de sua esposa a Sra. Maria. Chamamos de valioso porque na revisão documental realizada concluímos que ainda são mínimas as pesquisas sobre estes quilombolas.

A participação efetiva nessas atividades ampliou substancialmente as nossas perspectivas e compreensão das dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais que caracterizaram essas comunidades. O processo de pesquisa de campo em Piracanjuba/GO durou vinte dois meses, período em que realizamos um total de 22 visitas no município, e um total de sete entrevistas, por meio de encontros, reuniões, conversações e rodas de conversa.

Colaboramos efetivamente para uma atualização das informações das famílias e das pessoas que se vinculam à Associação Quilombola Ana Laura durante os dias 6 e 7 de fevereiro de 2018, realizado na sede da Associação mediante o preenchimento de fichas de registro, o que permitiu caracterizar mais profundamente os seus integrantes. Criamos, sistematizamos e entregamos para a Associação um arquivo em Excel com as variáveis atualizadas para ter em disposição todas as informações sobre os seus associados. Este é o insumo central da caracterização socioeconômica apresentada no capítulo cinco desta dissertação.

Como uma das últimas atividades no marco da pesquisa, em 27 de Abril de 2018 (Figura 5), realizamos uma reunião de trabalho com a Sra. Lucy e a Sra. Fátima Mendoza, na sala da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade da Universidade Estadual de Goiás, ocasião em que explicamos o processo de construção do arquivo e conferimos algumas informações coletadas anteriormente.

Figura 5 – Reunião com a Sra. Lucy (à esquerda) e a Sra. Fátima Mendoza (à direita)



Fonte: Arquivo Pessoal do Autor (2018)

Por último, esclarecemos a importância dos registros audiovisuais realizados pelo pesquisador no decorrer para a composição da dissertação, considerando que tais referências (imagens) possibilitam uma maior identificação do leitor com a realidade e os sujeitos pesquisados. O texto em sua versão final será entregue para a comunidade na perspectiva de

servir como referência para os processos de titulação de terras realizados pela Associação junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Os nossos arquivos com os materiais audiovisuais coletados também serão entregues para a memória e registro da e para a pesquisa das atividades e sobre as atividades desenvolvidas pela Associação Ana Laura.

A atualização e sistematização de todas as informações que reunimos sobre as famílias associadas, que certamente serão ferramentas úteis nas gestões que desenvolvem para a concreção de ações afirmativas. Dessa forma, acreditamos que a presente pesquisa poderá contribuir para o reconhecimento, preservação e valorização da memória, da identidade e das tradições culturais afrodescendentes; para além da colaboração teórica que evidencia e serve de registro escrito para consulta pública sobre os processos históricos desenvolvidos/materializados pela população negra de Piracanjuba/GO.

3 COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL: A EXPRESSÃO DA LUTA DO POVO NEGRO EM BUSCA E NA DEFESA DE DIREITOS⁹

O objetivo do presente capítulo é realizar um breve resgate histórico sobre o processo de constituição dos quilombos no Brasil, tomados pela perspectiva de compreender a organização das comunidades de origem africana como realidades históricas de resistência social, política, econômica e cultural, mantendo a análise centrada nas informações que podem apresentar ao leitor um entendimento geral do que é e o que representa uma comunidade quilombola em Brasil em tempos de permanente processo de inovação tecnológica e de economia capitalista globalizada.

3.1 Escravos Africanos e Afrodescendentes: A Resistência Negra no Brasil

A origem dos contingentes africanos que foram sequestrados de suas comunidades e transformados em meras mercadorias, empregadas na agricultura e mineração no continente americano e, mais especificamente no Brasil Colônia, é diversa e diversificada. As pessoas capturadas – em sua maioria – provinham de toda a costa africana, que abarcava áreas da Gâmbia, Guiné Bissau, Serra Leoa, Libéria, Costa do Marfim, Guiné Equatorial, Gabão, Congo, Angola, dentre outras. As suas populações foram classificadas em três grandes grupos étnicos:

1. Os sudaneses, concentravam-se em três subgrupos – iorubas, gegês e fanti-ashantis – e habitavam Daomei, Costa do Ouro e a atual Nigéria, caracteristicamente eram enviados para a Bahia;

2. Os guineanos-sudaneses, representados pelos fulas, tapas, haussas e mandingas. O aspecto marcante desse grupo encontrava-se em sua crença religiosa, o islamismo. Também tinham como destino a Bahia;

3. Os banuts subdividiam-se em angola-congoleses e moçambiques e, depois de aprisionados, eram transportados para São Paulo, Rio de Janeiro, Alagoas, Pernambuco, Maranhão e Pará.

O contexto pelo qual surgem e são acrescentados os modelos de escravidão, tem ligação com o avanço e instauração da economia capitalista no mundo:

[...] no ano de 1500, os portugueses fizeram vir negros da África para o trabalho escravo nas plantações de cana de açúcar, principal riqueza da colônia. Senhores absolutos da vida e da morte de seus escravos, os proprietários brancos os faziam trabalhar sem descanso, a custa de castigos e torturas muitas vezes fatais. Alguns

⁹ Parte deste capítulo foi recortada, reorganizada, disposta no formato de artigo científico, publicado na Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia (v. 8, n. 3, set./dez. 2017) sob o título “Comunidades Quilombolas no Brasil: Resistência Negra Afrodescendente”, satisfazendo uma das exigências/requisitos do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade da Universidade Estadual para a obtenção do título de mestre.

escravos, porém, conseguindo fugir do cativeiro, se escondiam pelo interior virgem do país, onde formavam comunidades livres a que se deu o nome de Quilombos. Destes, o mais célebre foi o Quilombo dos Palmares, fundado em fins do século XVI, nas montanhas do Nordeste do Brasil. [...] (SOUSA, 2009, p. 1).

Carril (1997), de sua parte, aponta que o número de escravos no Brasil no início do século XIX se aproximava de 1 milhão de pessoas distribuídas em diversas províncias do Império – 21.000 escravos negros e mestiços em São Paulo, 150.000 em Pernambuco, 150.500 no Rio de Janeiro, 215.000 em Minas Gerais e 237.500 na Bahia.

Estima-se que mais de quatro milhões de pessoas foram trazidas para o Brasil na condição de escravos, levando-se em conta os primeiros registros que apontam a chegada de negros africanos em terras brasílicas até a proibição do “tráfico negreiro” em 1850 (Lei Euzébio de Queiroz) e a efetivação de sua fiscalização a partir de 1870 (CARRIL, 1997).

Além de não existir consenso sobre o número exato da população negra escrava que vivia no Brasil no primeiro quarto do século XIX, especialmente, em decorrência da imprecisão dos dados demográficos disponíveis naquele período, há de se acrescentar que, indiscutivelmente, existia uma significativa quantidade de negros e mulatos livres afrodescendentes, nas mais diferentes províncias do país, que associada ao contingente escravizado somava 66,3% de toda a população brasileira que, contava ainda, com 5,7% de índios e 28% de brancos (MARQUESE, 2006).

Os negros africanos e seus descendentes diretos e indiretos foram submetidos à crueldade desmedida dos portugueses e brasileiros brancos, senhorios cabais da vida e morte de seus escravos, que retiravam até o último fio de suas forças na cultura canavieira, na mineração de ouro e em toda e qualquer atividade produtiva cotidiana por meio da imposição extrema de castigos e torturas que levavam, por vezes, à morte.

Entretanto, cabe ressaltar, que as tentativas de fuga de escravos eram constantes e, aqueles que conseguiam se livrar do cativeiro se refugiavam no “interior virgem do país, onde formavam comunidades livres a que se deu o nome de quilombos¹⁰”, dentre os quais, o mais importante foi o Quilombo dos Palmares, criado em fins do século XVI, ficava localizado na Serra da Barriga, na então Capitania de Pernambuco – hoje região pertencente ao município de União dos Palmares no Estado de Alagoas (MARQUESE, 2006).

Os quilombos constituíram comunidades organizativas de resistência ante aos séculos de exploração e inumeráveis tipos de abusos, atropelos e punições. Vários negros,

¹⁰ O termo quilombo remete sua origem à língua banto umbundo (m'bundo, mbundu, mbali, mbari ou mbundu) é “falada pelo povo oviumbundo, que diz respeito a um tipo de instituição sociopolítica militar conhecida na África Central, mais especificamente na área formada pela atual República do Congo (Zaire) e Angola” (MUNANGA, 1996, p. 66).

mulatos, mestiços, crioulos negaram-se a aceitar aquela injusta realidade, não se deixaram intimidar pela supremacia em armamento dos escravizadores, fugiram e empreenderam luta em busca de uma condição de vida justa, digna, humana e pela terra para assegurar a própria existência.

Tais comunidades se expandiram por todo o país, podiam ser pequenas ou grandes e se caracterizavam “por uma organização interna que aglutinava seus membros em torno de normas específicas e instituições culturais. Utilizavam recursos da guerrilha, praticando roubos e ataques a viajantes” (CARRIL, 1997, p. 10). Um dos pioneiros no processo de luta e resistência, considerado um dos grandes nomes da cultura negra brasileira foi Zumbi dos Palmares, ícone da liberdade africana, está presente na memória e constitui inspiração para as bandeiras da luta pela liberdade e defesa dos direitos legais da população negra afrodescendente.

As palavras de Zumbi dos Palmares representaram a convicção da resistência dos quilombos, perpassaram gerações por meio da oralidade e converteram-se em insígnias da luta pela igualdade e contra a discriminação e a segregação racial, a saber: “É chegada a hora de tirar nossa nação das trevas da injustiça racial. Aquele que é feito escravo por uma força maior do que a sua, ama a liberdade e é capaz de morrer por ela, nunca chegou a ser escravo. Só fica escravo aquele que tem medo de morrer sobre os donos” (ZUMBI DOS PALMARES, 1655-1695).

A criação e crescimento dos quilombos no Brasil Colônia passaram a incomodar em demasia os senhores de engenho que, diante de constantes “perdas” de suas “propriedades” – os escravos negros – para além de suas práticas punitivas da corrente e do açoite em consequência das tentativas de fugas e da recaptura daqueles que conseguiam fugir, passaram a pressionar as autoridades da Colônia e da Metrópole para que ações efetivas fossem empreendidas para exterminar as comunidades quilombolas em todo o território brasileiro. Atemorizados com as dimensões alcançadas por Palmares, a Coroa Portuguesa passou a destruir os quilombos em sua mais insípida emersão. As autoridades coloniais e metropolitanas definiam quilombo como a reunião de cinco ou seis negros fugitivos amalhados em área despovoada.

Reis (1996, p. 18) argumenta que essa medíocre definição, construída para combater e controlar as fugas que se intensificavam, em realidade, contribuiu para “agigantar o fenômeno aos olhos de seus contemporâneos e de estudiosos posteriores. Contados a partir de cinco pessoas, o número de quilombos foi inflacionado nas correspondências oficiais”. Fernandes (2001, p. 1), por sua vez, infere que “os quilombos constituíam espaços de

resistência, eram territórios de negros, onde reinava a liberdade, onde viviam também alguns índios e trabalhadores livres marginalizados”.

As comunidades de quilombos interagiam e se relacionavam diretamente com outras populações, que partilhavam da necessidade da terra para a sobrevivência. Estes “despossuídos”, de etnias e culturas díspares, foram se unindo e organizando, tendo em vista a defesa de seu território. Reis (1996) aponta que a maior parte dos quilombos não ficou isolada ou perdida no topo das serras, em verdade, “os quilombolas viviam próximos a engenhos, fazendas, vilas e cidades, na fronteira da escravidão, mantendo uma rede de apoio e interesses que envolvia escravos, negros livres e mesmo brancos, de quem recebiam informações sobre movimentos de tropas e outros assuntos estratégicos”. Nos anos finais do século XVII, mais de vinte mil pessoas viviam nesses espaços de resistência; “muitos quilombos foram atacados e destruídos, [mas] novos quilombos foram erguidos em três séculos de luta contra uma das mais cruéis formas de exploração: o cativo” (FERNANDES, 2001, p. 2).

Os quilombos firmaram-se no transcorrer de séculos de escravidão em terras brasileiras, como múltiplos processos organizativos de essência africana, de parcerias com outras populações para lutar, resistir e defender as diversas formas de opressão e exclusão impostas pelo sistema dominante daquela época. Os quilombos representaram a “reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial”, as comunidades quilombolas representaram “uma etapa do progresso humano e sociopolítico em termos de igualitarismo econômico” (RATTS, 2001, p. 313).

3.2 Da Libertação da Senzala à Conquista de Direitos Constitucionais

Foram mais de três séculos de exploração, maus tratos, abusos, torturas e violação total ao ser humano de pele negra que caracterizaram a Colônia e o Império do Brasil, para que então, as populações afrodescendentes pudessem se livrar dos grilhões e da desumanidade dos latifundiários brasileiros. O processo em defesa da liberdade do negro historicamente contou com a influência das transformações culturais, sociais, políticas e econômicas europeias e no transcorrer do século XIX, foram movimentadas pela intensificação das inovações técnicas, científicas e tecnológicas e, portanto, pela maximização do sistema de produção capitalista que exigia novos mercados consumidores e a exploração da força de trabalho do homem assumiu nova roupagem, travestida de termos, expressões, concepções como liberdade, direitos civis, igualdade, democracia.

A abolição da escravatura no Brasil materializada em 13 de maio de 1888, por meio da Lei Áurea, foi resultado do fortalecimento do processo de luta, de um lado, por influências

externas como aquelas iniciativas e medidas empreendidas, primeiramente, pela França por meio da criação da Sociedade dos Amigos dos Negros, presidida por Antoine Nicolas de Caritat (Marquês de Condorcet) em 1788 e da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, decorrência direta do sucesso da Revolução Burguesa Francesa. Seguida pela emancipação política de países latino-americanos como Argentina, Peru, Colômbia, México, Venezuela e demais países que constituíam a América Espanhola.

E, depois, pelas pressões e mobilizações sociais no interior do território de um dos principais comerciantes de escravos daquela época, a Inglaterra – que no século XVIII alcançou a quantidade de três milhões de negros escravos vendidos para a América – se encontrou na contingência de atender parte das reivindicações que se alastraram por todo o país e por suas colônias. A movimentação social foi marcada pela criação, em 1787, da Sociedade para a Abolição do Comércio de Escravos, que mediante a participação de profissionais liberais, religiosos, artistas e cidadãos comuns organizados em comitês realizavam a distribuição de panfletos, buscavam assinaturas – abaixo-assinados –, publicavam matérias em jornais na defesa da abolição do comércio e tráfico de escravos e da escravatura (NARLOCH, 2007).

De acordo com Florentino (apud NARLOCH, 2007, p. 1), as atividades realizadas pela sociedade inglesa contra a escravidão “foi a mais impressionante campanha de opinião pública que o Ocidente viveu antes do século XX”, orientada por estratégias e objetivos claros, “os abolicionistas transformaram uma ideia absurda em lei aprovada pelo Parlamento” – Ato Contra o Comércio de Escravos (*Slave Trade Act*, 25 de março de 1807).

Por outro lado, o processo de luta que culminou na assinatura da Lei Áurea, decorreu da determinação das forças internas, sobretudo, do Movimento Abolicionista Brasileiro, fundamental para a libertação dos afrodescendentes, na medida em que, de forma gradativa, ante ao poder econômico e político dos latifundiários, ganhou espaço e representação com a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1885). O Movimento contou com a participação de políticos, professores, médicos, advogados, jornalistas, músicos, escritores, estudantes, tendo dentre os seus principais expoentes Luiz Gonzaga Pinto da Gama, Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo, André Rebouças, José Carlos do Patrocínio, Rui Barbosa de Oliveira.

Fernandes (2001) acrescenta que, aos aspectos elencados acima, ressalta-se o econômico, tendo em vista a necessidade de ampliação do sistema capitalista, a partir do berço da Revolução Industrial do século XVIII – a Inglaterra. Para atender essa demanda, segundo o autor, foi estabelecida a propriedade da terra e extinta a escravidão no Brasil, pois

“quando escravos, os [negros] eram vendidos como mercadorias e como produtores de mercadorias”, porém, ao tornarem-se trabalhadores livres, passaram a vender a sua força de trabalho ao latifundiário, ao dono da terra e, portanto, proprietário dos meios de produção.

Apesar da aparente mudança, a separação entre os trabalhadores e os meios de produção permaneceu inalterada, visto que “com a constituição da propriedade da terra mais de trinta anos antes do fim do sistema escravocrata, a terra tornou-se cativa, e os escravos tornaram-se livres, mas sem terras” (FERNANDES, 2001, p. 2). Dalosto (2016) reitera as afirmações de Fernandes ao argumentar que:

[...] o fim da escravidão não foi sinônimo de melhoria na qualidade de vida dos ex-escravos (e ex-quilombolas), assim como não significou alteração na estrutura fundiária e social do campesinato brasileiro, que era majoritariamente negro e/ou mestiço. Sem qualquer apoio estatal após séculos de exploração e bloqueio de acesso a terra, as populações negras não deixaram de lutar por seus direitos [...] (DALOSTO, 2016, p. 47).

É claro que o sistema escravocrata foi abolido em grande parte por que se converteu num sistema insustentável para o escravista, interligado a fatos como a constituição da propriedade da terra. A abolição da escravidão de uma forma ou de outra representou uma conquista para os negros, porém não contribuiu para solucionar o problema estrutural radicado na concentração de terras nas mãos de uns poucos, questão fundamental para que as comunidades afrodescendentes (e as demais comunidades étnicas brasileiras) pudessem manter a vida com dignidade, situação que gerou (gera) grande contradição no interior da sociedade brasileira.

Com a Lei Áurea, os afrodescendentes em teoria, não tinham mais donos, contudo, permaneceram dependentes dos grandes proprietários de terras (dos senhores de engenho) para garantir a subsistência, a relação de submissão apenas “trocou de roupas”, onde o antigo senhor de escravos seguiu possuidor da terra e dos meios de produção, sob uma nova denominação “patrão” e, o negro escravo, recebeu o nome de “empregado”; com a ausência de normativas legais claras para regular as relações entre patrão e empregado.

As populações afrodescendentes seguiram numa realidade de exclusão, numa posição de exploração e expropriação de direitos, desprovidas de meios e condições básicas que lhes possibilitassem viver condignamente pelo seu trabalho. Materializada a abolição do sistema escravocrata – com diferenças temporais nos países latino-americanos no decorrer do século XIX –, a luta dos negros adquiriu outra dimensão, após a liberação dos grilhões que os mantinham cativos, a luta absorveu o componente político, que passou a constituir as bases de suas reivindicações em busca de direitos para assegurar condições básicas para a manutenção da vida e contra a discriminação racial e a exclusão social.

Os séculos XIX e XX no processo histórico de lutas das populações afrodescendentes em terras brasileiras receberam significativas influências de importantes transformações políticas, econômicas e sociais que ocorreram em diversas partes do mundo, em especial, aquelas verificadas na França, Inglaterra, Estados Unidos, dentre outros – conforme apontamos anteriormente –, contribuindo substancialmente para a mobilização e reivindicação das comunidades negras afrodescendentes brasileiras, trazendo avanços inegáveis. Serrão (2015), afirma que essa mobilização da população afrodescendente buscou a:

[...] efetivação de sua cidadania e pertença étnica, enquanto comunidades quilombolas explicitaram as variadas formas de resistências que estes grupos se utilizaram, seja por meios legais, formas visíveis ou não de luta, que sintetizam a mobilização política destes agentes pela chamada “arte da resistência” permeada nas microesferas das relações sociais dentro e fora do campo de luta social caracterizando a forma de resistir e de ser de tais comunidades (SERRÃO, 2015, p. 6).

O século XX, por seu tempo, expressou a intensificação do processo produtivo capitalista e se caracterizou, em sua primeira metade, pela efetivação do poderio dos Estados Unidos da América do Norte (EUA) que, após o término da Segunda Guerra Mundial, passou a dividir com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a hegemonia bélica e econômica mundial, ou seja, a bipolaridade entre as duas potências, expressão da oposição entre capitalismo e socialismo, período que ficou conhecido por “Guerra Fria”. Os conflitos desencadeados pelos partidários do capitalismo, financiados pelos EUA contra os defensores do socialismo, financiados pela URSS eclodiram e reverberaram em diferentes localidades, e, repercutiram na condução das políticas internas dos mais diversos países do mundo, que se encontravam (encontram) tanto na periferia do capitalismo quanto sob a tutela da intervenção direta do socialismo soviético.

Inúmeros foram os movimentos sociais contra as medidas e ações empreendidas tanto pelos EUA quanto pela URSS. Na América Latina, a expressão máxima do conflito entre as potências foi resultado da materialização da Revolução Cubana de 1959, que engrossou o Bloco Socialista e representou o único país latino-americano a se contrapor diretamente aos Estados Unidos. Outros conflitos que exprimem a Guerra Fria podem ser exemplificados pela derrota dos EUA na guerra contra o Vietnã que, contou com o apoio da URSS, e a derrota da União Soviética para o Afeganistão, que teve o suporte dos Estados Unidos para combater e resistir às investidas soviéticas.

Essas fortes mudanças no mundo junto com amadurecimento das teorias econômicas, políticas e filosóficas da sociedade, fizeram que a teoria do pensamento crítico ao sistema

capitalista de produção que teve e tem como máximo expoente, o filósofo alemão Karl Marx, tornou-se uma alternativa teórico-ideológica coerente para todos aqueles que viviam (vivem) em “própria carne” as inclemências do sistema capitalista.

Nesse contexto, se faz *mister* ressaltar a relevância do processo de organização e atuação dos movimentos sociais das variadas ordens, da luta pela terra à defesa dos direitos civis e constitucionais para possibilitar a manutenção da vida e afastar ações de discriminação étnico-racial, de exclusão social, de intensificação da exploração econômica ante ao poder da classe dominante. Nessa direção, destacamos a atuação das populações camponesas – na qual está contida boa parte dos negros afrodescendentes de nosso país –, por exemplo, que sempre enfrentaram:

[...] o latifúndio e se opuseram ao Estado representante da classe dominante. Assim, a resistência camponesa manifesta-se em diversas ações que sustentam formas distintas e se modificam em seu movimento. Desde meados do século XX, novas feições e novas formas de organização foram criadas na luta pela terra e na luta pela reforma agrária: as ligas camponesas, as diferentes formas de associações e os sindicatos dos trabalhadores rurais (FERNANDES, 2001, p. 4).

Nesses trilhos, muitos movimentos quilombolas, por sua história, condição e consciência de classe se alinharam aos movimentos contrários à exploração capitalista e aos mandos e desmandos dos Estados Unidos da América, que mediante a maximização da exploração da força de trabalho da classe trabalhadora e do aprofundamento da discriminação racial, manteve à margem da sociedade contemporânea as comunidades negras, estendendo as perseguições e os abusos físicos e psicológicos às populações afrodescendentes. O Brasil, por sua vez, no transcorrer dos governos dos generais-presidentes (ditadura civil-militar), vivenciou o:

[...] reflorescimento das organizações dos movimentos sociais negros, que se empenharam nas denúncias dos casos de racismo, contestando o ideário da “democracia racial”. Contudo, a resistência a uma aproximação com o candomblé era marcante, ao contrário do que viria a ocorrer nos anos oitenta e noventa, quando as lideranças das entidades negras enfatizaram e tornaram público o discurso da construção de uma identidade negra e de sua politização perpassando o mundo afro-religioso (SALES, 2009, p. 120).

Na medida em que se efetivava o processo de reordenação do sistema capitalista, que retomou os fundamentos liberais da economia clássica, repaginada e renomeada para neoliberalismo, ao mesmo tempo em que entrava em convulsão o sistema socialista liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Um processo de luta pela liberdade de expressão e pela garantia de direitos básicos se materializou em países como o Brasil, que passou a exigir do Estado a sua satisfação, temas como direitos civis, direitos sociais, direitos humanos, direito à vida, à educação, à saúde, à moradia, ganharam espaço na sociedade

brasileira e se transformaram em pautas da agenda política do governo brasileiro que, em tempo, estariam dispostas na Carta Magna de 1988.

O reconhecimento, a inclusão e a garantia de tais direitos na legislação brasileira, considerando aspectos étnicos, culturais, religiosos diversos possibilitaram também, a reivindicação pela formulação, implantação e implementação de políticas públicas inclusivas, afirmativas e coerentes com a satisfação das necessidades das populações a que se destinavam.

Além de tais conquistas, que obviamente não podemos deixar de ressaltar, foram expressão e consequência direta dos diversos movimentos sociais que atuaram efetivamente no Brasil a partir da década de 1980, que dentre os quais, podemos apontar o movimento sindical, o movimento de luta pela terra e reforma agrária, o movimento em prol da escola pública, gratuita e de boa qualidade, o movimento quilombola contra a discriminação racial e exclusão social.

Aliás, a regulação e regulamentação da legislação contra a discriminação racial foi resultado de luta intensa dos movimentos sociais negros que, de forma gradativa, ganharam espaço e atenção do Estado, conforme podemos constatar no disposto no Artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/1988):

XLII - A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

XLIII - A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

XLIV - Constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático (BRASIL, 1988).

Rodrigues (2015), afirma que a Constituição Federal de 1988 foi a primeira lei a assegurar o direito à terra para as populações quilombolas (Artigo 68), bem como a estabelecer dispositivos de defesa e valorização do patrimônio cultural das populações negras afro-brasileiras e indígenas (Artigos 215 e 216). Nessa direção, a Carta Magna de 1988 contribuiu, de forma significativa, “para a construção das normas de combate à discriminação de forma ampla. Com base na valorização dos povos que constituíram o Brasil, [marcando] um expressivo avanço para a efetivação dos direitos fundamentais dos grupos tradicionalmente excluídos” (FERREIRA, 2014, p. 171).

3.3 Persistência Negra Afro-Brasileira: Movimentos Sociais e Comunidades Quilombolas

A movimentação mundial de negros afrodescendentes, que exigiam sociedades mais justas e igualitárias, empreendeu grande pressão para a criação e implementação de ações afirmativas¹¹ por parte dos Estados em diversas regiões do mundo, a partir da realização de eventos e encontros internacionais para tratar a questão, que resultaram na criminalização do racismo, colocando-o em definitivo na agenda política de inúmeros países, dentre os quais, o Brasil. Chamamos a atenção para a ocorrência, em 1995, da Marcha Zumbi para denunciar o preconceito, a discriminação racial e a ausência de políticas públicas para a população negra afro-brasileira. A Marcha Zumbi para a cidade de Brasília reuniu mais de trinta mil pessoas e teve o propósito de reivindicar do governo federal medidas e ações contra a discriminação racial em nosso país.

De acordo com Ferreira (2014, p. 171), “o governo brasileiro passou a reconhecer a importância do racismo como um dos fatores determinantes para a perpetuação das desigualdades sociais e começou, de forma tímida, a criar algumas políticas de ação afirmativa” em meio à realização da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, em setembro de 2001, na cidade de Durban (África do Sul), que contou a participação de 173 países representados por mais de 16 mil participantes.

A forte pressão internacional colocou o racismo na agenda política do governo brasileiro e de acordo com o Artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) determinou que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida propriedade definitiva, devendo o Estado emitir os títulos respectivos”. Podemos observar, que da realização da III Conferência Mundial contra o Racismo em Durban até a publicação do ADCT/Artigo n. 68, foram necessários quinze anos para que as populações negras quilombolas tivessem garantido o direito à terra pela legislação máxima do Brasil.

[...] E interessante notar que após a promulgação da constituição, efetivamente, não se tinham muitas certezas sobre os efetivos objetivos do texto e suas possibilidades, sendo o seu texto final mais produto de um esgotamento das referências e do tempo de debates que de um consenso (ARRUTI, 2008 apud DALOSTO, 2016, p. 96).

¹¹ Ações afirmativas compõem o conjunto de políticas públicas ou privadas com vistas a diminuir a desigualdade enfrentada por determinados grupos sociais que, por serem historicamente discriminados se encontram em posição desvantajosa em relação à sociedade abrangente. São medidas que buscam o acesso destes grupos a oportunidades e serviços visando promover a igualdade e a cidadania não apenas na dimensão formal, mas também no aspecto substantivo.

Acreditamos ser pertinente apontar outros instrumentos legais que sucederam para efetivar o ADCT/Artigo 68, como aqueles criados durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), atenção em especial ao tema terra, que naquele período foi caracterizado pela emissão de títulos de propriedade para as comunidades quilombolas, ou melhor, “comunidades remanescentes de quilombos”. Marinho (2014, p. 7) infere que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), “empreendeu as ações [iniciais] nesse sentido no governo de Fernando Henrique Cardoso, emitindo o primeiro título referente a terras quilombolas para a comunidade de Boa Vista – a partir de então, emitiu duas titulações por ano até 1998”.

Outra ocorrência que entendemos ser de grande importância para a realização de ações em prol das populações negras de nosso país se remete à criação da Fundação Cultural Palmares (22/08/1988), pois de sua instituição até os dias atuais foram emitidas mais de 2.400 certificações de reconhecimento dos direitos das comunidades quilombolas, o que lhes permite o acesso aos programas sociais do governo federal. A Fundação Cultural Palmares (FCP) “é referência na promoção, fomento e preservação das manifestações culturais negras e no apoio e difusão da Lei n. 10.639/2003”, que tornou obrigatório o ensino de História da África e História Afrodescendente na Educação Básica (FCP, 2017, p. 1).

O contexto político e econômico brasileiro “herdado” por Luiz Inácio da Silva estava carregado de tensões e insatisfações, decorrentes do não cumprimento de “promessas” realizadas por parte do governo anterior, fundamentalmente, no que se refere à reforma agrária. Segundo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST, 2014, p. 1) o governo de Fernando Henrique Cardoso “nunca possuiu um projeto de reforma agrária real, pois a maior parte dos assentamentos implantados foi resultado de ocupações de terra, que foi diminuindo ano a ano”.

Além do mais, as políticas de crédito e assistência técnica para a reforma agrária foram extintas durante o governo de FHC, período no qual ocorreu grande aumento do êxodo rural em consequência da ação dos bancos contra os pequenos produtores rurais endividados, que tiveram suas terras tomadas e, ainda, os maiores massacres de “Sem Terras” da história do nosso país: em 1995, em Corumbiara no Estado de Rondônia e, em 1996, em Eldorado dos Carajás, no Estado do Pará.

Luiz Inácio da Silva, por seu tempo, atendeu boa parte das imposições do capitalismo internacional neoliberal, orientado por um sistema de metas de inflação, superávit primário e de câmbio flutuante, apresentado ao povo brasileiro em 22 de junho de 2002. Contudo, Lula procurou reforçar o desenvolvimento das políticas públicas sociais, tendo em vista o

atendimento às demandas dos movimentos sociais por terras, moradia, educação, saúde, transporte e manutenção da vida e, neste estudo, dentre outros aspectos, em prol da criminalização do racismo, visto que, as deliberações da Conferência de Durban repercutiram internacionalmente e acabaram por fomentar as ações iniciais do governo brasileiro em direção à elaboração de políticas públicas para a promoção da igualdade racial, que se consolidaram de modo mais efetivo a partir de 2003 (FERREIRA, 2014).

O avanço das lutas das comunidades quilombolas, promovido pelas conquistas traduzidas em políticas públicas nos governos de Lula foram de suma importância para assegurar um conjunto de direitos, que foi histórica e sistematicamente negado às populações negras afro-brasileiras, dentre as quais destacamos:

[...] A primeira de âmbito legal [foi] a regulamentação por meio do Decreto 4887/2003 dos direitos dos quilombolas. Essa lei sistematizou o processo de titulação de terras quilombolas, estabeleceu as regras e redefiniu os órgãos responsáveis pela legalização das terras quilombolas. Dentre os pontos mais relevantes do decreto, podemos citar os artigos que expõem a definição de comunidade quilombola e como tal deverá prosseguir para ser reconhecida (RODRIGUES, 2015, p. 91).

Apontamos ainda, a Lei n. 12.288/2010, nomeada Estatuto da Igualdade Racial, que por meio de seu Artigo 5º, Parágrafo Único, estabelece que “os programas de ação afirmativa constituir-se-ão em políticas públicas destinadas a reparar as distorções, as desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias adotadas nas esferas pública e privada, durante o processo de formação social do país” (BRASIL, 2010).

O Estatuto da Igualdade Racial instituiu o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR) “como forma de organização e de articulação voltadas à implementação do conjunto de políticas e serviços destinados a superar as desigualdades étnicas existentes no país, prestados pelo poder público federal” (Artigo 47) e passou a exigir que:

[...] escolas de todos os níveis, não apenas as de ensino fundamental incluíssem a história e a cultura dos afro-brasileiros em seus currículos. Além disso, proibiu a discriminação racial e declarou a capoeira, arte marcial afro-brasileira, esporte oficial merecedor de apoio governamental. Programas de ação afirmativa em universidades públicas, todavia, foram deixados de fora da lei durante as negociações. [...] A falta de uma lei federal de ação afirmativa durante o governo Lula não impediu universidades públicas de iniciar seus próprios programas. Programas de ação afirmativa se espalharam rapidamente pelo sistema público de universidades, primeiro em universidades estaduais e, depois em federais, que foram mais lentas em adotar esse sistema (FERES; TOSTE; CAMPOS, 2012, p. 406).

As mudanças realizadas no plano da educação contribuíram para eliminar a invisibilidade perpetuada por séculos do componente afrodescendente na constituição do povo e do território brasileiro. Entretanto, cabe ressaltar que as ações do Estado encaminhadas para a melhoria da qualidade de vida dos afro-brasileiros sempre esbarraram na complexidade e

morosidade da burocracia estatal, na resistência de diversos setores do universo político e da sociedade nacional, resultando num contexto de embates, contradições, incongruências e incoerências, que insistem e persistem na marginalidade social das populações negras afrodescendentes.

É digno destacar a ação de criminalizar os atos racistas e a criação de organismos governamentais para agilizar a entrega de terras para as comunidades, o que permitiu alguns avanços na concreção de ações afirmativas e na efetiva garantia dos direitos. É relevante enfatizar, que em todas as ações dos governos encaminhadas ao melhoramento da qualidade de vida da população Afro, sempre tiveram além da complexa tarefa de adiantar os atos no marco da burocracia estatal, a resistência de diversos setores da sociedade e da política, o que construiu um panorama de notáveis incongruências, incoerências e contradições.

A estratégia adotada pelo presidente Lula no transcorrer de seu governo foi assimilada por sua sucessora Dilma Rousseff ao construir o Guia de Políticas Públicas para as Comunidades Quilombolas em 2013, no qual expõe os direitos e as ações integradas que as comunidades quilombolas têm por meio do Programa Brasil Quilombola¹² (BRASIL/SEPPIR, 2013 p. 10). Todavia, Marinho (2014) argumenta que a atenção para as comunidades afro-brasileiras perdeu força no governo de Dilma Rousseff, apesar de apontar no Plano Plurianual (2012-2015):

[...] a garantia dos direitos humanos com redução das desigualdades sociais, regionais, étnico-raciais e de gênero, além da ampliação da participação social, da promoção da sustentabilidade ambiental; da valorização da diversidade cultural e da identidade nacional; da excelência na gestão para garantir o provimento de bens e serviços à sociedade; da garantia da soberania nacional; do aumento da ciência e dos gastos públicos; do crescimento econômico sustentável; e, do estímulo e valorização da educação, da ciência e da tecnologia; há um enfoque menor dado às comunidades quilombolas (MARINHO, 2014, p. 29).

Marinho (2014) denuncia ainda, que durante o governo de Dilma Rouseff o número de comunidades quilombolas reconhecidas/certificadas pela Fundação Cultural Palmares foi demasiadamente pequeno se comparado ao seu antecessor, o que evidencia que as boas intenções e os compromissos assumidos pelos mandatários, se limitaram exclusivamente às “boas intenções”, pois em momento algum se materializaram. Apesar da transparente resistência e alienação das elites de nosso país, houve:

[...] exigibilidade para uma política voltada ao desenvolvimento social. Tal fato possibilitou que alguns setores acadêmicos [defendessem] a ideia de que vivemos num mundo pós-neoliberal, ou pelo menos que o neoliberalismo, anacronicamente, agora seja social. Entretanto, para alcançar um processo de crescimento com transformações estruturais é preciso superar essa situação para que os esforços de

¹² O Programa Brasil Quilombola tem quatro eixos: 1) Acesso à Terra; 2) Infraestrutura e Qualidade de Vida; 3) Inclusão Produtiva e Desenvolvimento; 4) Direitos e Cidadania (BRASIL/SEPPIR, 2013).

desenvolver a educação, ciência, tecnologia, infraestrutura repercutam em resultados reais (MARINHO, 2014, p. 33).

O Plano Plurianual do segundo mandato de Dilma Rousseff, “caiu por terra” aos 31 dias do mês de agosto de 2016, momento em que se consubstanciou o golpe impetrado pelas elites brasileiras defensoras dos interesses do capital internacional. A partir de então, deixarem de existir elementos efetivos e explícitos que pudessem expressar o posicionamento do governo Michel Temer sobre a questão afro-brasileira (DALOSTO, 2016).

Santos (2005, p. 8), de sua parte, argumenta que “falar de quilombos e de quilombolas no cenário político atual é falar de uma luta que requer uma reflexão científica, que se encontra em processo de construção”. As identidades, interações e relações societárias em diversas partes do mundo e, em especial, no território brasileiro, deixaram de ser asseguradas pelo Estado Nacional, pois a influência e interveniência das agências multilaterais internacionais – Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, Organização Mundial do Comércio, dentre outras – ultrapassaram os limites metodológicos da concepção de nacionalismo (SANTOS, 2015).

Segundo Silva (2012), os quilombos dos séculos passados se organizaram, lutaram, resistiram à escravidão imposta pelos latifundiários portugueses e brasileiros, pois foi mesmo o sistema de produção capitalista que determinou as circunstâncias históricas de nosso país, visto que:

[...] Desde a invasão portuguesa essas circunstâncias estão presentes, e, os homens e as mulheres negras, trabalhadores do jeito, da casa-grande ou da cidade, carregaram sobre as costas as ferramentas que cavaram a terra, semearam, edificaram ruas e valas; enfim, construíram o Brasil. Essa população africana foi relegada aos piores patamares sociais, fruto histórico daquele modo de produção que continua nos afrodescendentes atuais, que agora se veem sob outras circunstâncias, porém emanadas do mesmo sistema, com a prevalência da lógica mercadológica (SILVA, 2012, p. 20).

As populações negras afrodescendentes brasileiras têm construído a sua própria história, porém submetidas às condições determinadas pelos interesses econômicos capitalistas, tanto em tempos idos quanto em tempo presente, visto que, “do passado herdaram as representações e os estereótipos vislumbrados no racismo à brasileira e, do presente, a contumácia dos países capitalistas do centro, representados pelo Banco Mundial” (SILVA, 2012, p. 20).

3.4 Diversidade Cultural e Tradições Culturais Afro-Brasileiras

Acreditamos na necessidade de fazer algumas considerações em relação ao que entendemos por tradições culturais, quais são os marcos normativos básicos que as amparam e

quais são as problemáticas nas quais estão envolvidas. De acordo com as afirmações de Schemelkes (UNESCO, 2008, p. 12) a história da exploração e opressão que viveram as populações autóctones no momento da conquista foi perpetuada pela intenção de integrar os indígenas à cultura dominante, sempre ao lado de processos de segregação e esquecimento. Na atualidade, a interculturalidade nos países da América tem tido a característica de ser assumida como “dívida histórica” pela maior parte da sociedade branca ou mestiça para dar às etnias o lugar que merecem na sociedade (UNESCO, 2008, p. 12).

Nessa direção, é preciso entender as condições históricas, sociais, econômicas e culturais a que foram submetidas as populações africanas do passado mais remoto, as populações afrodescendentes do passado mais recente e as populações afro-brasileiras do presente para que tenhamos uma compreensão mais ampla das confrontações e das conformações das comunidades quilombolas brasileiras, bem como da luta empreendida na atualidade em busca de garantir a propriedade da terra para que possam manter a vida de suas famílias tanto no presente como das gerações futuras.

A diversidade cultural, manifesta grande variedade de expressões, algumas delas são tangíveis e outras intangíveis e, nesses espaços, encontram-se os conhecimentos, as crenças, a arte, a arquitetura, a alimentação, vestimenta e tudo o que as formas de vida abarcam nas comunidades ou povos tradicionais, assim como as expressões que tem a cultura, os conhecimentos sobre a natureza são especialmente importantes já que “refletem a sagacidade e a riqueza de observações sobre o entorno realizadas, guardadas, transmitidas e aperfeiçoadas no decorrer de longos períodos de tempo, sem as quais a sobrevivência dos grupos humanos não teria sido possível” (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 33).

No caso particular dos afro-brasileiros as perdas são inalienáveis, em todos os sentidos, sendo muito difícil mensurar tudo que foi destruído no decorrer de quase quatro séculos de destruição de diversas culturas, línguas e etnias de origem africana. No entendimento de Báez (2010, p. 142), a destruição cultural e o dano às culturas africanas foram de aproximadamente 80%, considerando que a abolição da escravidão no século XIX, ao invés de ajudar na preservação das culturas africanas, contribuiu mesmo para com o processo de exploração dos afrodescendentes, que “perderam seus idiomas próprios, tiveram que aceitar o dogma do cristianismo e adaptaram sua música aos ritos religiosos ocidentais”.

De acordo com Censo realizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 1998, a diversidade cultural se vê representada na América Latina e o Caribe por 150 milhões de afrodescendentes, a terça parte de toda a população da região, dos quais 90 milhões vivem na pobreza. No Brasil, Colômbia, Peru, Venezuela e Equador vivem 80% da

população afrodescendente latino-americana¹³ (UNESCO, 2008).

De acordo com o estabelecido nas cartas magnas desses países, temos o reconhecimento de que coexiste uma importante diversidade cultural, que se traduz em diferentes olhares sobre o mundo, que estão carregados de múltiplas subjetividades que, por sua vez, são consequência do processo histórico que atravessou América Latina desde a conquista e colonização europeia, carregada por uma clara intenção de extermínio das culturas indígenas e africanas, pois:

As relações de um império são econômicas, políticas, militares e culturais. No processo de unificação territorial e cultural, cada império trouxe o formato de identidade genérico e exportou sua memória histórica para impô-la como valor hegemônico. O saque cultural dos povos colonizados, portanto, nunca foi prática inocente ou acidental (BÁEZ, 2010, p. 236).

É por isso que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) justifica a proteção da diversidade cultural, argumentando que o domínio cultural norte-americano a partir do século XX colaborou para por em ameaça o futuro de quase seis mil comunidades que não tem as mesmas chances tecnológicas de difusão e coesão. Enfatizando que a inclusão de meios de comunicação como transmissores de mensagens culturais, significa um papel essencial na reelaboração de valores e símbolos (BÁEZ, 2010, p. 249). Tomando essas afirmações para a compreensão da gênese desse contexto, é fundamental a compreensão do papel que nas últimas décadas as tecnologias têm tido na configuração das sociedades e as consequências que esta realidade provoca nas comunidades tradicionais, visto que:

[...] o reconhecimento dessas comunidades tradicionais, ditas minoritárias, por parte do Estado, evidenciou a polêmica sobre a validação dos direitos desses grupos que buscam, através do processo de identificação, articular e resgatar suas memórias e tradições históricas em função de sua afirmação frente aos “outros” (SANTOS, 2015, p. 179).

O reconhecimento da diversidade cultural e de suas subjetividades pelo Estado exprime a polêmica acerca da autenticação dos direitos das comunidades e populações afrodescendentes que buscam resgatar e difundir suas histórias, memórias e tradições por meio de um processo de identificação e de autoafirmação frente à sociedade. Esse processo requer a valorização das políticas públicas sociais afirmativas para garantir a promoção de ações da sociedade civil e do próprio Estado para ressaltar a importância das condicionantes e demandas culturais articuladas pelos movimentos sociais, pois são impactadas “pela indiferença, [pelo] uso manipulatório e instrumental de manifestações ou valores culturais” (SALES, 2009, p. 128).

¹³ Um resumo do estudo do BID/Colwater foi preparado por Martin Hopenhayn e Alvaro Bello (2001) e também por Alexander Cifuentes (2004).

O processo de luta pelo reconhecimento das expressões e tradições culturais ancestrais constitui em si “fonte riquíssima da memória da resistência cultural do Brasil” (VIEIRA, 2016 p. 6). De acordo com Gibson e Guilherme (2017) a difusão da identidade negra em nosso país:

[...] é um componente intrínseco a determinadas manifestações espaciais, culturais, sociais, políticas e econômicas. A capoeira, o samba, o jongo, o candomblé, o terreiro, os salões de beleza afro, para citar alguns, são manifestações que têm a marca identitária negra intrincada e comunicam a negritude em seus múltiplos espaços (GIBSON; GUILHERME 2017, p. 64-65).

Nesse sentido, cabe ressaltar a importância de tais conquistas contidas na legislação máxima de nosso país, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que no Artigo 215 especifica a garantia dos direitos culturais, enfatizando nas manifestações das culturas populares indígenas e afro-brasileiras e explicita a valorização da diversidade étnica regional; e, no Artigo 216, que define o Patrimônio Cultural Brasileiro como “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente, ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988).

O universo das tradições culturais afro-brasileiras é extenso, complexo e heterogêneo, envolve todos os aspectos da vida social numa comunidade e faz relação aos territórios, às memórias, às práticas, aos imaginários sociais e aos modos de sociabilidade que definem a identidade dos povos compõem ancestralidade, histórias e relatos, maneiras de ser, de estar e compreender o mundo, bem como maneiras diferenciadas de interagir com o entorno, com a natureza e com os recursos disponíveis que, por sua vez, diferem da lógica individualista do pensamento capitalista e expressam relações sociais mais solidárias e práticas mais amigáveis com o meio ambiente.

[...] Isso também poderia ser exemplificado com uma pluralidade de povos e comunidades tradicionais do Brasil e outros povos de América Latina, pois eles também apontam para as possibilidades de vivência da liberdade enquanto formas de expansão do ser e da política em suas formas institucionais e não institucionais (GOMES, 2016, p. 173).

No momento de crise que a sociedade contemporânea atravessa é conveniente olhar e voltar aos saberes tradicionais das comunidades, tendo em conta que estes, possuem conhecimentos e ferramentas em diversos aspectos que contribuem de maneira significativa para a construção de sociedades mais respeitadas no relacionamento com os seres humanos e com os recursos naturais.

Nesses termos, é imprescindível manter viva a memória sobre os maus tratos, abusos, castigos e torturas impostos às populações negras que construíram o Brasil; é imperativo o reconhecimento dessa cruel e desumana dívida histórica, pois os danos, as

feridas e as sequelas decorrentes dessas ações violentas persistem na contemporaneidade; sequelas que são insistentemente tocadas e rejeitadas pela ação discriminatória, excludente e racista de boa parte da sociedade brasileira.

Entendemos que o Estado não deve e não pode permanecer inerte diante de tal contexto, porém assistimos ao esvaziamento das políticas sociais afirmativas, para não dizer à sua quase extinção, sobretudo, daquelas destinadas às comunidades quilombolas, às populações afro-brasileiras, aos trabalhadores rurais, aos operários urbanos, enfim à massa populacional brasileira pelo atual governo golpista, que precisam urgentemente ser retomadas.

O que de fato temos constatado é a plena violação dos direitos constitucionais, que em sentido *lato* deveriam obrigar o Estado a obedecer aos ordenamentos jurídicos para atuar de modo a assegurar que “os direitos fundamentais sejam concretizados na realidade social, porém são evidentes as limitações existentes e o desrespeito contínuo de direitos fundamentais” por parte do governo de Michel Temer, prejudicando sempre os trabalhadores – a população pobre –, ou seja, aqueles que mais necessitam das políticas sociais afirmativas (DALOSTO, 2016, p. 58).

O papel que tem desenvolvido o avanço do capitalismo nos Estados e governos gera a perda sistemática da soberania como nação e sucumbe ante às demandas e decisões dos centros do poder econômico mundial, o que faz que a garantia dos artigos constitucionais que favorecem estas comunidades por parte dos Estados seja lenta e muitas vezes ineficaz, conforme argumenta Santos (2015):

[...] As relações, interações e identidades societárias características de um mesmo território não podiam mais ser garantidas, uma vez que a influência e interferência das agências internacionais em sua administração interna ultrapassaram os limites metodológicos da concepção de nacionalismo. O Estado-nação transformou-se em receptáculo da economia capitalista, reiterando a existência de uma forma particular intrínseca para a prática e regulação política comum para todos os territórios [...] (SANTOS, 2015, p. 246).

No meio desse panorama pouco alentador que atravessam as sociedades contemporâneas, se evidencia uma questão de vital importância: a necessidade de preservação das tradições culturais das comunidades que moram nos territórios da América Latina, as identidades destes povos são cada vez mais vulneráveis, afetadas e suscetíveis ao desaparecimento em consequência do próprio processo de expansão do capitalismo e globalização da economia. Na concepção de Yañez (2013):

[...] a chamada homogeneização se traduziu em heterogeneização. Assim, o ressurgimento de todos os tipos de particularismo e identidades tribais, étnicas, regionais, nacionais, territoriais, econômicas, religiosas e de gênero ou sexo. O que está a transformar o nosso mundo e as nossas vidas, de acordo com Castells, é a oposição entre globalização e identidade [...] (YAÑEZ, 2013, p. 54).

As comunidades têm que estar cientes dessa realidade e buscar estratégias que permitam a salvaguarda da memória histórica frente às novas realidades impostas pela configuração e desenvolvimento da economia capitalista, tendo em vista a proteção das tradições, assimilando que as tecnologias e globalização tem aspetos negativos muito influentes, mas que também podem ser utilizadas para o fortalecimento dos processos sociais.

[...] Nesse sentido é que o mundo parece ter-se transformado em uma imensa fábrica. Tanto assim, que já lhe cabe a metáfora de fábrica global. Uma fábrica em que se expressam e sintetizam as forças produtivas atuantes no mundo; agilizadas pelas condições e possibilidades abertas tanto pela globalização dos mercados e empresas como pelos meios de comunicação baseados na eletrônica. A partir da eletrônica, compreendendo a telecomunicação, o computador, o fax e outros meios, o mundo dos negócios agilizou-se em uma escala desconhecida anteriormente, desterritorializando coisas, gentes e ideias [...] (IANNI, 1997, p. 11).

É evidente que nenhum aspecto da sociedade escapa a esse panorama e a cultura das comunidades tradicionais é mais um desses aspetos, que como o autor diz, enfrenta complexos processos de articulações e contradições, onde a territorialidade e a identidade adquirem outras configurações. Nesse sentido, sugerimos que é imperativo que os processos sociais desenvolvam diálogos com as ferramentas tecnológicas do mundo contemporâneo, utilizando elas no fortalecimento dos processos desenvolvem, como no caso da Internet e as possibilidades no plano da comunicação que ela oferece.

4 PIRACANJUBA NÃO TEM QUILOMBO, PIRACANJUBA É O QUILOMBO

Só através de nossa história que a gente pode fazer o resgate da nossa verdadeira cidadania e dos nossos direitos de cidadão afrodescendente.

Lucy Tavares (2017)

O presente capítulo tem a intencionalidade de apresentar ao leitor a reconstrução histórica objeto da pesquisa, dando especial relevância às vozes das pessoas com as quais trabalhamos as técnicas de coleta de informação empregadas, localizados na perspectiva de que este tipo de exercício possibilita o fortalecimento do tecido social da comunidade, de seus vínculos identitários e aportam para a preservação da memória, das práticas e das tradições culturais. Falamos das tradições e práticas culturais celebradas até hoje, resultado da observação e dos diálogos com as pessoas da comunidade, que compartilharam as suas lembranças sobre as tradições culturais transmitidas/compartilhadas por seus ancestrais.

4.1 Resgatando a Nossa Origem

Para nós quilombolas, eu acho que as tradições têm que estar sempre presente em nossas vidas, é preciso resgatar a nossa origem.

Maria de Fátima Gomes (2017)

As atividades desenvolvidas na pesquisa tiveram o propósito de contribuir para o resgate histórico da comunidade negra afrodescendente do município, dentro das quais cabe ressaltar a atividade de nome “círculo da memória”. Partindo das informações coletadas no círculo, os participantes concordaram em afirmar que a origem da população afrodescendente em Piracanjuba é diversa. Mas, além dessa diversidade é recorrente nos relatos falar sobre os Estados de Minas Gerais e Bahia, e, de migrações provenientes de algumas regiões de Goiás.

Os primeiros migrantes chegaram ao município de Santa Cruz/GO, onde existia uma mina de ouro e quando exauriu, “muitos escravos foram abandonados e outros vieram fugidos de outras regiões por causa do sofrimento e da fome que foi demais” (Lucy Tavares, out./2016). O Sr. Anastácio patriarca da comunidade e filho da Sra. Laura da Cruz Dias (reconhecida na cidade por seus trabalhos como parteira) complementa a fala da Sra. Lucy ao apontar outros municípios do Estado de Goiás como o Sapé¹⁴:

[...] Nós somos do município de Santa Cruz, meus pais também não eram de Goiás; meu pai não era, agora minha mãe era goiana, mas filha de mineiro, meu pai era de

¹⁴ No povoado conhecido como Patrimônio de Sapé, região que fica entre Santa Cruz e Caldas estão guardadas histórias interessantes sobre passagens de desbravadores dos sertões. O local surgiu com passagens de exploradores de minérios no Córrego Sapé.

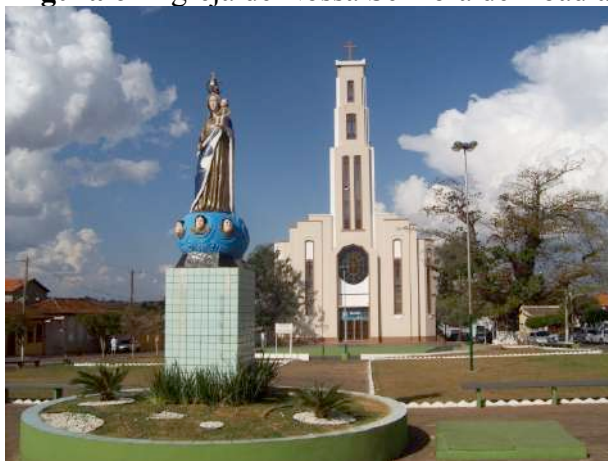
Fonte: http://www.santacruzdegoias.net/institucional/sintese_historica_de_de_santa_cruz_de_goiias/.

Barreiro, Bahia né; meu avô foi aquele no Sapé, perto de Caldas Novas né; Sapé do meio, tem Sapé de cima e Sapé de baixo. O Sapé de cima já é município de Santa Cruz, então no começo foi a primeira capital [...] (Anastácio Jacinto, mar./2017).

As primeiras comunidades quilombolas na região assentaram-se no local onde hoje está localizada a Igreja Matriz de Nossa Senhora de Abadia, na Praça Dimas Costa, que na atualidade representa o centro da cidade (Figura 6). Os entrevistados afirmam, que antes da chegada dos primeiros colonizadores brancos, já existia população negra habitando o território. Vejamos as palavras da Sra. Lucy:

[...] Quando o fundador da cidade chegou em Piracanjuba já existiam aqui alguns casebres com povo; que a gente ouviu relato de algumas pessoas que contam que o povo já estava aqui em meados de 1826, 1828, e o guarda-mor só chegou aqui em 1829, 1830. Então Piracanjuba não tem Quilombo, Piracanjuba é o Quilombo [...] (Lucy Tavares, out./2016).

Figura 6 – Igreja de Nossa Senhora de Abadia



Fonte: Arquivo Pessoal do Autor (2016)

De acordo com o livro “A Verdade sobre a Escravidão Negra no Distrito Federal e no Entorno”, A Comunidade/Associação Ana Laura foi certificada como um Quilombo Urbano por ter resistido à exclusão e discriminação, ficando “ilhada desde 1826 do centro da cidade” (SBB¹⁵, 2017, p. 118). A Sra. Maria de Fátima de Souza Mendoza indica os relatos de seus avôs, daquelas épocas quando conformava-se a cidade:

[...] Foi naquela região da Rua Benjamin Constant que a família de meu pai através de meu avô foi morar ali, como que eles foram parar ali? Segundo me contam, eles vieram de Minas [Gerais] e ali, meu finado avô conheceu um tal senhor aqui em Piracanjuba e foi trabalhar para ele, e aí eles se acomodaram perto do córrego num pedaço que deu começo para Piracanjuba; era aquele pedaço no largo da Igreja. Falavam antigamente, e ia lá até a praça do relógio que era onde terminava a cidade e lá era o cemitério. Esse é o pedaço de Piracanjuba que eu conheci quando criança [...] (Fátima de Souza Mendoza, dez./2017).

¹⁵ Sindicato dos Bancários de Brasília (SBB).

Figura 7 – Praça do Relógio Piracanjuba/GO



Fonte: Arquivo Pessoal do Autor (2016)

Paralelamente a esses fatos, que muitos negros continuavam sendo escravizados pelos fazendeiros/latifundiários da região e essa desumana prática continuou acontecendo por muito tempo, mesmo depois da publicação da Lei Áurea (1888). Prova disso, é o testemunho de vida da Sra. Bárbara Pereira, uma das matriarcas da comunidade, que aos seus 83 anos, recorda das humilhações vividas em carne própria, em sua infância e juventude na fazenda Bom Jardim de propriedade da Família Dias Pinheiro, conhecida na região por seu poder econômico e político. Ela lembra que naquela época de maus tratos até reprimiam os pais para não dar os nomes para seus filhos, o nome dela, por exemplo, foi dado pelo Fazendeiro, pois a vontade de seu pai, o Sr. José Pereira, era dar-lhe o nome de Joana. A consequência dos abusos por ela sofridos resultou numa deficiência física em suas pernas o que lhe impede de sair de casa.

De acordo as historias transmitidas de geração em geração, que estão na memoria da comunidade ate hoje e a alguns vestígios de aquela época, se sabe que as fazendas da região tinham escravos e em algumas, ainda é possível encontrar os socavões e outras evidências daqueles tempos, “todas essas fazendas ainda têm onde amarravam os escravos, lá todas ainda têm onde amarravam na escravidão” (Bárbara Pereira, out./2016). Os olhos da Sra. Bárbara se enchem de tristeza ao relembrar daquela época, onde ela e seus ancestrais: “não tinham liberdade para nada, era muito triste a vida, foi muito triste mesmo, ‘nóis’ sofreu demais da conta, foi uma vida de sofrimento”. De acordo com o Sindicato dos Bancários de Brasília (2017, p. 120): “Eulália das Graças Rosa Calçada, irmã da Lucy, descobriu em um cartório muitos documentos que comprovam a venda e a compra de escravos, porém o acesso não é fácil, há muita burocracia institucional para o manuseio dos documentos históricos”.

As lembranças daquele período por parte dos entrevistados estão carregadas de violências, discriminações e injustiças. A Sra. Bárbara, por exemplo, não consegue tirar de sua mente aqueles momentos na fazenda onde seus avós, pais e ela foram escravizados; as

crianças eram obrigadas a ser separadas de suas mães. O Sr. Anastácio relata que testemunhou o momento em que um trabalhador rural afrodescendente foi amarrado por seu “empregador” a uma árvore para ser devorado por formigas, pelo simples fato de não querer comer jiló na janta, porque não gostava desse alimento. Também diz no relato, que o perpetrador desse bárbaro ato é uma pessoa reconhecida na cidade e não sofreu nenhuma punição tanto por este quanto por outros crimes relacionados com o racismo.

Posterior às épocas mais duras distantes da escravidão em localidades como Piracanjuba, continuaram acontecendo outras dinâmicas sociais excludentes para com os negros afrodescendentes da região. Os que não continuavam escravos trabalhavam em condições de exploração, como mão de obra barata nas fazendas das famílias de maior poder econômico e político, como as fazendas de Terra Negra e de Bom Jardim dos Dias. A Sra. Maria Aparecida de Freitas, no círculo da memória disse: “eu sou nascida na Fazenda Terra Negra, quando ‘nóis’ morava lá não tinha condição pra nada, ‘nóis’ vinha a pé quando precisava vir aqui na cidade, mais de 18 quilômetros, era muito cansativo”.

Gradativamente as terras nas quais viviam as famílias afrodescendentes foram sendo abandonadas pela ausência de condições e meios para trabalhar, ao mesmo tempo em que eram usurpadas pelos colonos brancos; o que evidencia a ausência de políticas (leis) orientadas à incentivar e proteger a agricultura familiar e os pequenos e médios agricultores, o que fez com que eles tivessem necessidade ante à carência de meios econômicos para sustentar a vida, vendendo suas propriedades a preços insignificantes e migrar para os centros urbanos, conforme afirma a Sra. Lucy:

[...] muitos perderam suas terras, outros foram arrancados de lá, outros tiveram que doar, que é igual a questão de meu avô, que vendeu a terra lá por um preço irrisório, porque não dava conta, não tinha incentivo para poder plantar, um negro que tem terra você vai num banco, você não vai conseguir jamais ter um financiamento para poder plantar na sua terra, então muitas dessas pessoas vieram para a cidade ao abandonarem a terra. Minha avó conta, que ela ganhou um corte de seda e um garrafão de vinho para ela colocar o dedo lá no papel na escritura duma terra, então pagou-se por uma fazenda de cento e tanto alqueires, naquela época para minha avó com um corte de seda e um garrafão de vinho [...] (Lucy Tavares, out./2016).

Depois de longo tempo posterior a esse momento histórico, onde os escravos que fugiam procurando salvar sua vida criaram assentamentos na região, foi-se consolidando o Município de Piracanjuba, que de acordo com as informações fornecidas pela comunidade, recebeu primeiramente o nome de Povo Alto, no ano de 1958.

Foi uma época de muita discriminação e preconceito étnico e racial. A expansão da cidade e a paulatina consolidação de sua região central, na qual estava estabelecida a população negra afrodescendente constituía incômodo aos brancos donos do poder econômico

e político; que sem consideração alguma e com atitudes racistas, decidiram empurrar as famílias afrodescendentes para fora da região central, sendo obrigadas a morar em bairros periféricos. Fala-se que por volta de 1961, Piracanjuba viveu um *apartheid*, em que os negros, os pobres e os mais desfavorecidos foram deslocados para um bairro chamado Macambira, dividido pela ponte do Córrego das Lajes:

[...] Esse bairro separava uma classe social descaradamente, nessa época quando eram 6:00h da tarde ninguém queria atravessar para lá, porque todo mundo tinha medo, achava que o povo preto que morava ali, era tudo bandido, assassino, mas só que quando eles precisavam de um remédio pra curar uma doença dos filhos, quando eles precisavam de um homem que tivesse muita força que aguantasse o trabalho, aí eles atravessavam a qualquer hora do dia ou da noite; quando eles precisavam de uma mulher pra tomar conta dos filhos, pra lavar uma roupa bem lavada, pra cuidar de uma casa bem lavada, o povo atravessava a qualquer hora do dia ou da noite; pra buscar uma parteira lá como era a mãe do senhor Anastácio, pra levar os filhos doentes pra benzer não tinha hora [...] (Círculo de Memória, nov./2017).

Depois desse acontecimento que marcou a vida das famílias afrodescendentes do Município, mais de cinquenta anos se passaram para e essa população, ainda continua sofrendo com atos racistas e vivendo com o preconceito em razão da cor de sua pele. Essas relações de poder, marcadas pela violência, e a exploração, obrigam até hoje os negros afrodescendentes piracanjubenses a ganhar a vida em ofícios que têm relação, em sua maioria, com serviços gerais, evidenciando a marcada presença do estereótipo e a ausência de políticas públicas e ações afirmativas em temas como a educação, oportunidades de formação profissional e emprego. Sendo assim, os homens de pele preta continuam realizando os trabalhos pesados e desqualificados e as mulheres às atividades domésticas, como poderemos constatar nas informações dispostas no próximo capítulo.

As informações colhidas no Círculo de Memória, em especial a segunda parte do fragmento acima, deixam claras as relações de poder e exclusão em Piracanjuba. Além da hipocrisia que esta implícita nos atos racistas; o fato de que os brancos exploradores sempre precisarem dos explorados para sobreviver para temas que vão desde à saúde até o desenvolvimento da vida cotidiana.

É importante observar, que depois de que o processo de abolição da escravidão estivesse mais adiantado que no século anterior, e a pesar de os negros já estarem livres, continuava a luta contra a pobreza, o preconceito e pelo reconhecimento e igualdade de oportunidades. Na Figura 8 temos a imagem da Sra. Guita, reconhecida Matriarca da Família das Tamarindas, que fez-se famosa na comunidade pela reza de terço cantado. Além de a reza ser uma tradição católica, contam que a Sra. Guita (*in memoriam*) também transitava pela religião de matriz africana, mais especificamente a Umbanda. Foi uma das líderes na

tradicional Festa de 13 de Maio e uma das pioneiras em tratar da questão quilombola no Município.

Figura 8 – Sra. Guita: Matriarca da Comunidade Ana Laura



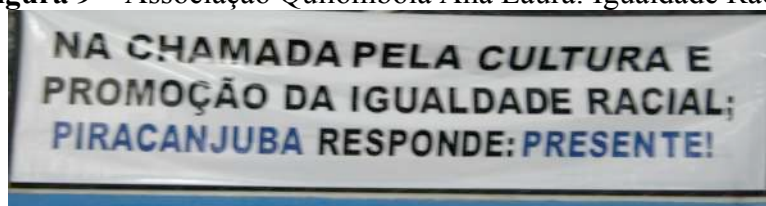
Fonte: Acervo Pessoal Sra. Lucy (2016)

De acordo com os registros da atividade de reconstrução de memória por parte de alguns dos participantes da pesquisa, também afirmam que na região, continuam chegando migrações de negros de outros municípios de Goiás, como Sapé, Muque, Corumbá, Itumbiara, Caldas Novas, Goiânia e até da capital do país: Brasília.

Em consequência de nossas consultas às instituições governamentais, podemos afirmar que o processo de conscientização do povo negro na região começou décadas mais tarde daquelas populações afrodescendentes de outras partes/regiões do Estado e do País. Essa ocorrência foi constatada, por meio de consulta da criação das comunidades e associações quilombolas à Fundação Cultural Palmares. Mas, além dessa diferença, as bandeiras de luta reivindicam os mesmos princípios: “Isso mesmo! A realidade é que hoje, mais de cem anos após a abolição da escravatura, a quarta geração das famílias acalenta o mesmo sonho que, um dia, foi de seus bisavós: dignidade e reconhecimento” (BRASIL, 2005, p. 17).

Na atualidade, a maioria de pessoas negras da Cidade mora na “Vila São Vicente de Paulo”, onde também esta localizada a sede da Associação, que teve “o terreno doado pela Conferência São Vicente de Paulo, que na década de 1960 solidarizou-se com o povo negro que vivia em casas feitas de adobe em condições precárias, vítimas de uma forte discriminação no setor conhecido como Macambira” (Lucy Tavares, out./2016).

Figura 9 – Associação Quilombola Ana Laura: Igualdade Racial



Fonte: Acervo da Associação Quilombola Ana Laura (2017)

É importante dizer que os entrevistados e as pessoas com as quais dialogamos concordam em afirmar que a história do Município esteve carregada de atos racistas, situação com a qual lidam diariamente. A Sra. Maria de Fátima Gomes (dez./2017), expressa que: “nós somos ser humano também né, hoje em dia acham que a pessoa negra não tem estudo, não tem nenhuma qualificação para estar trabalhando; existe, existe, você sabe que existe, todo mundo sabe que existe, essa discriminação, esse preconceito”.

A história deixou feridas profundas nas pessoas de pele negra em Piracanjuba, graves danos psicológicos e morais, fazendo com que até hoje em dia, os cidadãos de pele negra da cidade fiquem com medo e tenham perdido a vontade de se autorreconhecer como negros descendentes de quilombola. “Eu acho que as pessoas pensam que para ficar lembrando a época passada, assim, vamos supor, que as pessoas que tem algum parente que foi escravo e que sofreu demais, elas acham que porque a gente tentar lembrar, está resgatando isso, a origem, a história da gente” (Maria de Fátima Gomes, dez./2017).

Dentre as evidências mais recentes de discriminação racial da sociedade piracanjubense e de acordo com as informações do mais recente estudo sobre os quilombolas na região, tomamos as palavras de Wander Alves (hoje monitor do grupo de Capoeira Nativa) ao apontar que em 2015 numa apresentação de maculelê do grupo de dança “As Lalinhas”, num ginásio da cidade, foram objeto de provocação por parte de centenas de pessoas; as “integrantes do grupo continuaram a apresentação chorando, uma vez que as pessoas riam e os chamavam de ‘Macumbeiros’, como forma de tentar ofendê-los” (SBB, 2017, p. 120).

Foram mais de duas décadas depois da Constituição Republicana de 1988 para que as políticas e ações afirmativas do Estado chegassem até as regiões mais afastadas no interior do Brasil, como o caso de Piracanjuba, momento no qual, muitas pessoas já tinham naturalizado o preconceito em suas vidas cotidianas.

4.2 Associação Quilombola Ana Laura

De acordo com informações fornecidas pela Associação Quilombola Ana Laura, a sua criação decorre da iniciativa de cinco famílias afro-brasileiras em 2012, ano em que começaram a se organizar, com a liderança da Sra. Eulália das Graças Rosa Calçada Machado (*in memoriam*), irmã da Sra. Lucy, primeira presidente e fundadora da Associação.

[...] A gente decidiu dar um basta nessas questões de preconceito e de racismo que a gente tanto vivenciava, mas até quando a gente não sabia por onde começar, quando começou a se falar disso, a ouvir essas questões, que o racismo era crime, a gente ouviu na mídia e nas escolas, então nos fomos encorajando a fazer parte de como escrever realmente nossa história [...] (Lucy Tavares, out./2016).

Como muitos dos processos organizativos de base comunitária, a organização do movimento afrodescendente em Piracanjuba começou por iniciativa própria de alguns líderes

e famílias, especialmente, mulheres. O começo não foi fácil, além da ausência de apoio institucional, o preconceito e a repressão feita pela sociedade branca em cumplicidade com as autoridades locais, perseguiram as expressões sociais e culturais da comunidade negra – aponta a Sra. Lucy, que prossegue:

[...] as pessoas que jamais tinham condição disso, que pudessem até mesmo se reunir num local, porque antigamente não podiam se reunir três, quatro, cinco pessoas negras num local, porque a polícia já baixava ali para dar um “vascojejo”, mas, hoje já, elas se sentem mais livres [...] (Lucy Tavares, out./2016).

Depois de três anos de um árduo processo de tramitação burocrática, em 2015, a Associação Quilombola Ana Laura foi certificada pela Fundação Palmares, ocorrência que fortaleceu o reconhecimento da população afrodescendente e incentivou para que outras famílias se autorreconhecerem como remanescentes de quilombo. Hoje, a Associação Ana Laura é uma importante referência tanto para as famílias afrodescendentes da cidade como para o processo organizativo dos Quilombos no Estado de Goiás, desenvolvendo ações em prol da melhoria da qualidade de vida das famílias negras da cidade, sejam elas associadas ou não.

É claro que a certificação da Fundação Cultural Palmares é uma conquista fundamental que dá *status* e consistência ao processo organizativo; serve como argumento para a luta e defesa dos direitos, concretizados em programas e projetos para a população. Os benefícios que têm obtido e podem obter as famílias pertencentes à Associação Quilombola de Piracanjuba também têm sido motivo para algumas famílias associarem-se, esse assunto junto com as atividades e comemorações que se realizam periodicamente têm influenciado e afetado, de maneira positiva, para que algumas pessoas perciam o medo de se autodeclarar e autorreconhecer como negro afrodescendente quilombola.

Reiteramos que as famílias da comunidade têm, ainda, um vínculo muito forte com o meio rural, alguns preferem viver em fazendas como trabalhadores assalariados e/ou trabalham como diaristas em atividades agropecuárias, outros em serviços gerais nas zonas rurais. É importante esclarecer que algumas poucas famílias mestiças ou de pele branca pertencem à Associação, pois remetem às suas raízes às matrizes africanas, ou tem acompanhado o processo de perto e manifestam solidariedade e compromisso com a causa.

Na atualidade as famílias afrodescendentes de Piracanjuba se autorreconhecem como remanescentes do Quilombo Tamarindo e se conformam na Associação Quilombola Ana Laura em homenagem a uma escrava que lutou contra o regime escravocrata nos garimpos de Minas Gerais. A Associação Ana Laura conta na atualidade com o apoio da Secretaria Municipal de Cultura de Piracanjuba e também recebe a atenção da Gerencia de Artesanato da

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Irrigação do Estado de Goiás (CRUZ, 2017, p. 9).

Figura 10 – Associação Quilombola Ana Laura Piracanjuba/GO



Fonte: Arquivo Pessoal do Autor (2016)

Os processos desenvolvidos pela Associação Quilombola Ana Laura contam com mais de uma década de militância na defesa dos direitos da comunidade, contra o racismo e no resgate da identidade e das memórias africanas. Apesar de todas as famílias de pele negra que moram no município não pertencerem à Associação, a mesma continua desenvolvendo ações para o autoreconhecimento daqueles que principalmente como consequência do racismo decidiram renegar as suas origens africanas. De acordo com a jornada de atualização de dados feita no marco da pesquisa no mês de Fevereiro de 2018 sabe-se que a Quilombola Ana Laura conta com 146 famílias cadastradas.

Figura 11 – Associação Quilombola Ana Laura Piracanjuba/GO (07/02/2018)



Fonte: Arquivo Pessoal do Autor (2018)

Hoje, A associação conta com uma sede localizada na Rua H4 n. 358, Vila São Vicente de Paulo, na cidade de Piracanjuba, cedida pela Conferência São Vicente de Paulo no ano de 2013, em uma área de 100m² – conforme indicado anteriormente. Possui um auditório, dois banheiros, uma sala para biblioteca, uma cozinha, uma área de serviço e uma despensa. A sede é o lugar onde pode se realizar várias atividades da comunidade, como as reuniões da Associação, os ensaios dos grupos de dança e capoeira. A Associação conta, também, com uma biblioteca que disponibiliza livros e documentos sobre os quilombolas. A sede serve de bodega para alimentos, cestas, instrumentos e outros objetos. A cozinha é

utilizada para a preparação dos alimentos que são servidos nas atividades festivas e para a comercialização.

Figura 12– Sede Associação Quilombola Ana Laura



Fonte: Arquivo Pessoal do Autor (2016)

Em seu nível interno, como toda e qualquer organização, a Associação Ana Laura tem uma regulação, que conta com responsabilidades a tarefas claras, os membros diretivos não recebem remuneração alguma por seu trabalho: como elas falam é um serviço de voluntariado. Os associados contribuem (voluntariamente) com um valor de R\$ 10 (reais) mensais, que servem para manter os gastos administrativos, porém também têm o dever de assistir as reuniões e cooperar com as atividades, dentre outras responsabilidades. Cabe ressaltar que a liderança e compromisso que as mulheres realizam é central para o avanço das atividades e processos propostos e desenvolvidos pela Associação. As famílias pertencentes à Associação são as beneficiárias diretas dos projetos e programas ali realizados.

A Associação Quilombola Ana Laura localiza-se numa região que abriga outras organizações quilombolas que se comunicam, articulam, apoiam, participam e cooperam mutuamente, interação evidenciada nos diversos eventos e atividades locais e regionais, organizadas e promovidas em conjunto, como as comemorações do Dia da Consciência Negra, Festa de 13 de Maio, encontros, seminários, dentre outros. Tivemos a oportunidade de estar presente em alguns dessas atividades e interagir com as pessoas dessas comunidades, dentro das quais destacamos: Associação Quilombola Boa Nova do município de Professor Jamil/GO (Presidente Sra. Lúcia); Associação Quilombola Nossa Senhora Aparecida do município de Cromínia/GO (Presidente Sr. Valdivino); Associação Quilombola Córrego do Inhambu de Cachoeira Dourada/GO (Presidente Sra. Núbia).

A Figura 13 nos traz os presidentes de tais associações junto com a Prefeita de Cachoeira Dourada e a Superintendente de Promoção a Igualdade Racial do Estado de Goiás, na I Conferência de Promoção de Igualdade Racial em Cachoeira Dourada/GO (out./2017).

Evento que serviu de abertura oficial para a certificação da Fundação Cultural Palmares à Associação Córrego do Inhambu.

Figura 13 – I Conferência Promoção de Igualdade Racial em Cachoeira Dourada/GO



Fonte: Arquivo Pessoal do Autor (2016)

As organizações quilombolas vinculam-se em “rede”, a Associação de Aparecida de Goiânia, por exemplo, destaca-se pelas atividades que compartilha por meio do grupo de congada Santa Ifigênia (Figura 14), que quase sempre acompanha os eventos da região, assim como, a roda de samba “Banda Visual Ylê (Figura 15)” de Goiânia, que por meio de suas expressões musicais contribuem significativamente ao resgate da identidade afro-brasileira. Além dessas duas atividades artísticas, são realizados trabalhos sociais nas duas cidades, possibilitando uma alternativa de vida para as crianças, os adolescentes e os jovens negros para que não “entrem” nas drogas e na criminalidade.

Figura 14 – Congada Santa Ifigênia



Fonte: Arquivo Pessoal do Autor (2016)

Os laços familiares e de pertencimento na “rede” de comunidades quilombolas da região são de extrema importância, o processo de migração da população no interior do Estado é notório, por razões de oportunidades de emprego muitos são obrigados a se deslocar para os centros urbanos, outros por dinâmicas particulares de vida, decidem ir para as cidades maiores, porém, sempre entre uma e outra comunidade quilombola existem laços consanguíneos que os unem.

Figura 15 – Roda de Samba “Banda visual YLê”



Fonte: Arquivo Pessoal do Autor (2016)

Atualmente, a Associação Quilombola Ana Laura enfrenta algumas dificuldades como: 1) Ausência de meios tecnológicos; 2) Falta de capacitação em temas como elaboração de projetos, internet e meios tecnológicos; 3) Falta de apoio com os grupos de dança e capoeira; 4) Apatia, ceticismo e desinteresse das gerações mais jovens; 5) Ausência do Estado no financiamento para a preservação das tradições culturais; 6) Excessiva morosidade e burocracia na concretização de projetos e programas para as ações afirmativas por parte das instituições públicas, conforme afirma a Sra. Lucy (out./2017): “nós temos hoje, direito à moradia, alguns programas do governo que apesar de ser assim, lentos, que nos chegam com muita lentidão, mas já é um avanço grande, que antes não tínhamos esse direito”.

4.3 Tradições Culturais da Comunidade Quilombola de Piracanjuba/GO

Desde que os negros africanos foram sequestrados de seus continentes e trazidos e comercializados pelo mundo sob a categoria de escravos, os impérios dominantes europeus fizeram o possível para exterminar as culturas desses povos. Nesse sentido, as perdas são inestimáveis.

Essa ocorrência prejudicou em demasia a difusão e permanência das tradições negras afrodescendentes no Brasil e, nesse sentido, os quilombos converteram-se em espaços de resistência cultural. Como expressamos no segundo capítulo, as práticas, expressões e demais categorias que fazem parte do imenso e complexo universo cultural de um povo foram perseguidos e criminalizados. Há pouco tempo, as práticas e tradições culturais africanas na América passaram a ser, relativamente, reconhecidas e respeitadas como patrimônio cultural por parte do Estado, que criou organismos públicos para assegurar a sua preservação.

Em Piracanjuba, por exemplo, os entrevistados revelam que as manifestações culturais afrodescendentes depois da emancipação e consolidação do município eram realizadas às escondidas. A Sra. Bárbara (out./2017) lembra que as celebrações realizadas pela comunidade estiveram carregadas de precariedade e pobreza; precariedade e pobreza que

sempre acompanharam a população, pois “lá naquele tempo era tudo muito pobre sabe, ‘tinha’ uns que ‘batia’ uma latinha, pandeiro de lata, até era bonitinha aquela música que eles ‘batia’, tinha um que tinha uma violinha assim toda remendada”.

Há outras tradições culturais nas quais convergiam as comunidades negras e brancas pobres e despossuídas de terras e de poder econômico, que têm tudo a ver com a vida no meio rural da região. O crescimento da cidade atraiu boa parte dessa população, esvaziando gradativamente as áreas rurais, o que obviamente influenciou na continuação (ou não) de algumas práticas culturais. Nesse aspecto, o Sr. Anastácio (2017) conta: “agora acabou tudo, não teve incentivo pra gente continuar na roça, aí a gente veio pra a cidade”. Esse aspecto foi determinante, pois que a maioria das pessoas que hoje se encontram na faixa etária entre os cinquenta e os sessenta anos, apontam que na juventude, tiveram que sair de Piracanjuba em busca de trabalho e educação, já que as possibilidades na cidade eram mínimas; situação que pouco mudou, pois o mesmo tem ocorrido com as gerações posteriores.

Outra situação que influenciou a continuidade (ou não) das práticas culturais afrodescendentes tem a ver com a morte ou doença das pessoas que lideravam essas atividades: “foi acabando tudo, morrendo os mais velhos, os mais sábios” (Sr. Anastácio, out./2017).

É importante ressaltar a evidente influência da religião católica nas comemorações de raiz quilombola em Piracanjuba, misturando elementos de resgate da tradição africana com as crenças herdadas pelos colonizadores. Fato desta afirmação é que muitas das comemorações contam com a liturgia da Igreja Católica para dar abertura às atividades, outras se realizam no marco de datas representativas para o catolicismo; prova disso é que a maioria dos entrevistados converge ao afirmar que a sua religião é a católica, ao mesmo tempo em que reconhecem outras crenças.

À continuação, apresentamos uma descrição de algumas das práticas culturais tradicionalmente realizadas pelos negros piracanjubenses, cabe dizer que a descrição faz parte das indagações feitas no desenvolvimento da pesquisa, onde concluímos que o universo das práticas culturais da população negra é muito mais amplo e que muitas dessas práticas, expressões e demais conhecimentos foram esquecidos no decorrer do tempo e nas transformações acontecidas no mundo em consequência da impiedosa aplicação de políticas econômicas capitalistas.

Dia da Consciência Negra: por lei no município de Piracanjuba/GO, o dia 20 de novembro foi declarado como o dia local da consciência negra, isto faz com que a Associação mediante apoio da Prefeitura celebre esta data, realizado um grande evento, que é

acompanhado de congada, apresentações de dança, capoeira e comida tradicional. Essa comemoração fortalece a visibilidade da população negra da cidade, bem como os laços com as comunidades quilombolas vizinhas, contexto propício para solicitar a concretização de projetos e políticas afirmativas que beneficiem a comunidade.

A nossa participação nessas comemorações nos dois últimos permite-nos afirmar que são atividades de grande importância para a comunidade na atualidade, já que permite afiançar e visibilizar a presença quilombola no Município, fomentando o reconhecimento das práticas culturais das famílias negras. Tais comemorações representam espaço festivo e de socialização dos projetos da Associação, acompanhado de palestras que afirmam o posicionamento político e fomentam a reflexão da luta quilombola.

A comemoração do Dia da Consciência Negra começa na Igreja Católica, onde é celebrada a tradicional missa, distribuindo ramos por parte de representantes da comunidade, evidenciando como falamos anteriormente a hibridação cultural na celebração de comemorações afrodescendentes. Na Figura 16 podemos observar o Sr. Anastácio (patriarca) acompanhado por outros membros da comunidade no ato que deu início à celebração da missa católica, “regada” por cantos tradicionais quilombolas.

Figura 16 – Dia da Consciência Negra (2017)



Fonte: Arquivo Pessoal do Autor (2017)

Festa de 13 de Maio: esta comemoração é uma festa que acontece na casa de umas das famílias tronco da comunidade, conhecida como a “Família Tamarinda”. A festa conhecida como 13 de Maio ou Festa das Tamarindas, recebe este nome, pois acontecia sempre nessa data num local em que “tinha uma árvore de tamarindo muito grande, não tinha nada na cidade até então, era a Festa de 13 de Maio, essa tradição é de minha família” (Fátima Mendonça, dez./2018).

A celebração começava pela reza do terço, cantada pela Sra. Guita, para depois continuar com música e dança. A festa era liderada pelo irmãos Guita, Jacinto e José. Fala-se

que uma das características dessa festividade era que abundavam a comida e a bebida. Os cantos faziam clara alusão à abolição da escravatura:

Salve a Princesa Isabel, que deu liberdade a cor
 Foi no dia 13 de maio, preto não é mais laçao
 Preto pode ser doutor e viver em liberdade
 Liberdade, liberdade, abre as asas sobre nós
 (Fragmento Canção Tradicional – Festa 13 de Maio/Piracanjuba/GO).

Figura 17 – Festa de 13 de Maio (Piracanjuba/GO)



Fonte: Arquivo Pessoal do Autor (2018)

Esse acontecimento era um cenário de tolerância, onde também participavam algumas famílias de pele branca da cidade, constituindo-se num claro espaço de convivência e sociabilidade. De acordo com as informações fornecidas por algumas integrantes da Família Tamarinda, com o falecimento da Sra. Guita e alguns de seus irmãos e pelo deslocamento para outras cidades das gerações mais novas, a festa não era realizada há mais de dez anos. Pelo esforço da Associação e o Apoio da Secretaria de Cultura de Piracanjuba, reviveu-se em maio de 2018.

Reza das Almas: mas é um dos manifestos mais antigos da comunidade quilombola piracanjubense, vindo da Família Jacinto, que consistia em 9 dias de orações pelas almas sofredoras, acontece na sexta de paixão (Semana Santa), a entrega tem que ser feita no cemitério porque de acordo a tradição é o local onde é possível ter um maior contato com elas. Essa tradição foi transmitida de geração para geração, sendo o Sr. Anastácio, o atual representante da festividade herdada de seus avós. Ele prometeu para a sua avó fazer a reza enquanto estivesse com vida. Na comemoração tradicional “a gente ia de casa em casa rezando, fazendo procissão nas ruas até chegar ao cemitério, onde era consumado o ritual” (Anastácio, out. 2017). Devido às problemáticas anteriormente descritas, este é um dos rituais que não voltou a acontecer e corre o risco de desaparecer. A última Reza das Almas foi feita no ano 2014. Atualmente a tradição restringe-se à entrega na sexta-feira da paixão, pois “as pessoas não conseguem mais sair de casa e participar, porque tem que andar uma distância

muito longa, de uma casa para outra, de um setor para outro e retornam sempre após a meia noite para casa, então a gente enfrenta várias dificuldades” (Lucy Tavares, out./2017).

Em relação às tradições demarcadas pela medicina popular encontramos o seguinte:

1) Parteira: a comunidade quilombola sempre foi procurada pela sociedade piracanjubense por seus conhecimentos para receber os bebês. Fala-se que ainda hoje têm algumas parteiras que habitam nas zonas rurais, uma das mais conhecidas e reconhecidas neste ofício foi a Sra. Laura da Cruz Dias (*in memoriam*), mãe do Sr. Anastácio; 2) A garrafada: consiste em uma garrafa com álcool, folhas e ervas medicinais. O preparo depende do propósito para o que será utilizado; serve para curar hematomas, infecções e dores musculares, dentre outros; 3) Benzeção/Benedeira: tradição onde uma pessoa considerada com habilidades especiais pela comunidade, tem o poder de curar doenças traçando o sinal da cruz na pessoa doente; se faz também benzeção em lugares e animais; 4) Ervas e plantas medicinais: as famílias quilombolas têm o costume de semear plantas medicinais nos seus quintais; utilizadas para o tratamento de doenças ou como medicina preventiva; 5) Banho de descarrego: banho de sal grosso, rosas e ervas que a pessoa tem que fazer para descarregar as energias negativas como a inveja, a falsidade, entre outras; 6) Terreiro: local utilizado na religião Umbanda, onde são recebidas as entidades e praticados os rituais religiosos de matriz africana. Em Piracanjuba existe apenas um terreiro.

Há outras celebrações que não são exclusividade da tradição quilombola, mas que são apontadas pela população como tradições culturais do Município, concentradas na religião católica e na vida no meio rural, dentro das quais destacamos:

1) Festa de Nossa Senhora de Abadia: como foi dito anteriormente, no setor onde foi construída a Igreja Nossa Senhora de Abadia era onde moravam muitos dos negros da região. Esta Igreja fazia uma celebração que envolvia a cidade inteira, eram realizadas procissões e uma festa em comemoração à Padroeira. Já que os afrodescendentes moravam todos ali perto, havia uma participação importante por parte desta população.

2) Folias: manifestação religiosa que ocorre no dia do padroeiro, tem um grupo de rezadores, que cantam os terços que antecede ao dia do santo; fazem nove dias de novenas, de procissão com a imagem do santo pelas ruas, rezando e cantando, depois voltam para a Igreja, a saber: Vento Eterno, São Benedito, Santa Lúcia;

3) Festa de São João: festa em homenagem a este santo, onde se escolhia um vizinho, que tinha uma residência/prédio maior onde acontecia a festa, caracterizada por uma fogueira alta. Fazendo alusão a sua fé, alguns participantes da Festa atravessavam a fogueira;

4) Festa de Nossa Senhora do Rosário: celebração em comemoração a esta santa, onde se trajava roupas tradicionais. Segundo a tradição uma pessoa se travestia de palhaço e pedia coisas nas fazendas para a celebração da festa, conforme lembra o Sr. Anastácio e acrescenta: sempre tinha leitoa assada para ser consumida pelos participantes da festividade;

5) Mutirão: esta é uma atividade de cooperação e solidariedade, utilizada para ajudar alguma pessoa da comunidade com dificuldades de realizar a “lida” na terra, pois fazendo o trabalho sozinho demoraria muito, e, por vezes, não dava conta de concluir as tarefas. A comunidade fazia a surpresa e chegava na casa do escolhido para trabalhar em conjunto. Ao final da atividade era servida muita comida e bebida, regadas a músicas tradicionais.

As pessoas com as quais dialogamos concordaram em asseverar que uma das problemáticas em relação à preservação das tradições e práticas culturais na atualidade é a ausência de programas e projetos com esta intencionalidade. É evidente que as realidades e dinâmicas de vida das famílias da comunidade tornam difíceis a realização de certas atividades. Apesar de alguns jovens estarem vinculados aos grupos de dança e capoeira, participando efetivamente dos eventos da Associação, muitos outros, expressam um alto grau de apatia e ceticismo no que diz respeito às atividades que a Associação realiza.

Chamamos a atenção para o fato de que, a maior parte desses jovens é constituída por negros pobres descendentes de quilombolas, portanto, presas fáceis das drogas, da criminalidade e da violência. Ante esta situação, a Associação solicita com frequência das autoridades competentes ações que mitiguem essa realidade e fortaleça os projetos existentes como “As Lalinhas” e “Nativa”, que ajudam para a boa e saudável utilização do tempo livre dos jovens, auxiliando em temas como capacitação, transporte, som/música, instrumentos, vestuários e reconhecimentos econômicos por apresentações realizadas.

5 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA, PROJETOS E ATIVIDADES RELEVANTES DAS FAMÍLIAS CADASTRADAS NA ASSOCIAÇÃO ANA LAURA

O objetivo do presente capítulo é expor as informações gerais resultado da atualização de dados feita com as famílias cadastradas na Associação Quilombola Ana Laura do Município de Piracanjuba/GO. Estas informações permitiram ter uma leitura mais ampla da comunidade na atualidade e de alguns problemas que enfrenta. Em segundo momento apontamos os principais projetos e atividades que a Associação Ana Laura desenvolve hoje em dia, o que nos permitiu apresentar a organização de sua gestão.

5.1 Informações Gerais das Famílias da Associação Quilombola Ana Laura

Durante os dias 6 e 7 de fevereiro de 2018 efetuamos uma jornada de atualização dos dados das famílias cadastradas na Associação. Esta atividade constituiu uma necessidade no processo de desenvolvimento da pesquisa, ao dialogar com as lideranças da Associação, no sentido de atualizar, organizar e sistematizar as informações sobre as famílias associadas. As informações atualizadas apontam 146 famílias cadastradas na Associação Ana Laura. Depois da coleta de dados as informações foram inseridas numa tabela Excel, com o objetivo de centralizar as informações e tê-las disponíveis em meio digital, recurso fundamental para a tabulação e sistematização dos dados apresentados.

Figura 18 – Jornada de Atualização de Dados (Piracanjuba, fev./2018)



Fonte: Arquivo Pessoal do Autor (2018)

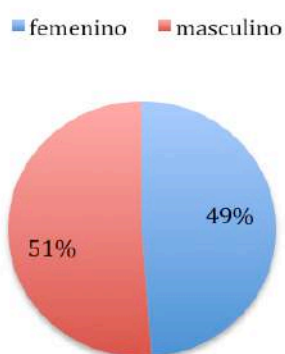
Algumas pessoas que, em consequência de sua condição e/ou necessidade de assegurar a existência enfrentam dinâmicas cotidianas que dificultaram e/ou impediram o seu envolvimento nas atividades desenvolvidas pela Associação. Muitas dessas pessoas após realizaram seus cadastrados nunca mais voltaram para participar de alguma atividade, nem manteve contato com a Associação. Essas pessoas, na jornada de atualização de dados deixaram a condição de ativas, deixaram de fazer parte oficialmente das famílias vinculadas à Associação, o que não quer dizer que perderam a sua condição de família quilombola. Antes da atualização a informação que tinha Associação Ana Laura sobre o número de famílias

cadastradas era de 204. Filtradas as informações das famílias e definido o número atual de 146 famílias(N), aplicamos 104(n) registros de atualização de dados, o que corresponde a uma amostra de 71,23%, porcentagem bastante significativa com a qual podemos afirmar que as informações quantitativas traduzidas em tabelas e gráficos expressam o contexto que caracteriza as famílias, e, portanto, a Associação.

A Associação Ana Laura já tinha uma ficha de registro, mas, esta foi complementada, sendo incluídas variáveis como educação, saúde, ocupação profissional. As informações detalhadas que o instrumento de coleta registrou foram: nome, sexo, data de nascimento, lugar de nascimento, idade, estado civil, Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), # Registro Geral (RG), Número de Identificação Social (INSS), endereço completo, se trabalha atualmente e que tipo de trabalho, se é aposentado, grau de escolaridade cursado, moradia (própria, alugada etc. e numero de cômodos), crianças em idade escolar (se estudam ou não e onde), contribuição mensal na Associação, benefícios do governo, condições de saúde (doenças e tratamentos), quanto tempo está na Associação.

A jornada de trabalho possibilitou a atualização de 104 registros e seus núcleos familiares, resultando num total de 231 pessoas, onde a média de integrantes por família é de 3,3. Identificamos algumas poucas unipessoais e uma família com 10 integrantes, mas predominam as famílias entre 3 e 5 membros. Podemos observar na Figura 19 que o número de homens e mulheres das famílias é similar, entretanto é oportuno e interessante observar na Figura 20 como esta porcentagem varia quando considerados os associados.

Figura 19 – Famílias Associadas/Gênero



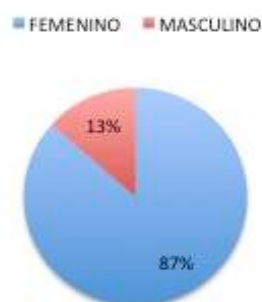
Fonte: Elaboração do Autor (2018)

No correspondente aos associados, a predominância é de mulheres, com 86,7%, em contraposição aos 13,5%, de homens, o que evidencia a liderança que realizam as mulheres da comunidade quanto ao processo de desenvolvimento da Associação e o interesse delas em vincularem-se aos processos organizativos. As mulheres associadas têm idade mínima de 15

anos e máxima de 88 anos. Boa parte das associadas está na juventude e outra boa quantidade encontra-se na faixa etária entre 26 e 55 anos. Quanto aos 13% correspondentes aos associados homens, a predominância também está entre os 26 e 55 anos.

Figura 20 – Número de Associados/Gênero

PORCENTAGEM ASSOCIADOS POR SEXO



Fonte: Elaboração do Autor (2018)

Em relação aos núcleos familiares dos associados apresentamos a Tabela 1 com porcentagens que permitem uma clara leitura das idades. Podemos observar que a infância e a juventude (0 aos 12 anos e 13 aos 25 anos) expressam a ampla maioria das pessoas que constituem as famílias dos associados, ou seja, 58,5% do total.

Tabela 1 – Idade das Famílias Associadas

Idade	Pessoas	Porcentagem
0-12 anos	62	28,0%
13-25 anos	70	30,5%
26-40 anos	38	16,5%
41-55 anos	35	15,2%
56-65 anos	17	6,6%
66-79 anos	9	3,1%

Fonte: Elaboração do Autor (2018)

As informações contidas na Tabela 1 nos permite visualizar um panorama geral das famílias quilombolas de Piracanjuba, sendo clara a significativa presença de crianças e jovens, o que evidencia a necessidade – apontada no capítulo anterior – da efetivação de políticas públicas de ações afirmativas focadas nestas faixas etárias.

No referente ao local de nascimento, é possível notar que a maioria dos associados é natural de Piracanjuba (70,19%), seguida por Caldas Novas (4,8%), Goiânia (3,84%). A porcentagem de associados de outros Estados de Brasil é relativamente pequena (9,61%) (das

pessoas nascidas fora do Estado de Goiás a metade vem de Minas Gerais e a outra metade de Brasília, Bahia, Ceara e Piauí – combinada/somada). O restante (11,56%) vem das cidades da microrregião Meia Ponte (Ipameri, Morrinhos, Pouso Alto, dentre outras) (Tabela 2).

Tabela 2 – Cidade de Nascimento dos Associados

Cidade de Origem	Porcentagem
Piracanjuba	70,19%
Cidades microrregião meia ponte	11,56%
Outros Estados	9,61%
Caldas Novas	4,8%
Goiânia	3,84%
TOTAL	100%

Fonte: Elaboração do Autor (2018)

Ao cruzar as variáveis de idade e local de nascimento podemos observar que as pessoas de outros Estados em sua maioria têm idades superiores aos 40 anos, o que quer dizer que nas últimas décadas a migração tem diminuído significativamente e aumentado representativamente o número de pessoas afrodescendentes nascidas em Piracanjuba.

Em relação à moradia, as duas variáveis mais constantes são casa alugada (38,5%) e casa própria (36,6%), seguida por casa cedida (15,3%), casa familiar (7,6) e 2,0% das famílias moram onde trabalham (estas famílias moram em fazendas do Município). Além de não ser uma variável inclusa no questionário, na aplicação do instrumento perguntamos para vários associados sobre os valores pagos pelos aluguéis e obtivemos a seguinte variação: entre R\$ 200,00 e R\$ 700,00 reais, dependendo do setor e do número de cômodos do imóvel.

Dentre os bairros onde moram as famílias afrodescendentes sobressaem: a Vila São Vicente de Paulo com 29 (27,88 %) das 104 famílias. Este setor é lembrado por ser uma doação da comunidade eclesiástica que leva seu nome para os mais vulneráveis da cidade; Seguida pelo Setor Primavera com 11 famílias (10,57%) e Setor Pouso Alto com 10 famílias (9,16%); A outra metade, ou seja, 52,39% das famílias moram em diversos bairros como o Centro, Setor Prefeito Sebastião Oliveira, Jardim Goiás, dentre outros. Estes dados demonstram, que as famílias pertencentes à Associação em sua maioria moram nos bairros mais pobres da cidade.

5.2 Trabalho, Educação e Ações Afirmativas

Conforme exposto com anterioridade, os afrodescendentes piracanjubenses continuam desenvolvendo trabalhos relacionados com a vida rural e com os serviços gerais, a

Figura 21 ilustra o panorama dentro do qual encontramos a maioria das pessoas associadas desenvolvendo alguma atividade econômica remunerada. Além de ser um tema de conversa suscetível, devido ao receio de perderem o emprego, exitam em falar de suas condições e direitos trabalhistas. Acreditamos ser pertinente explicitar, que independente das conquistas, a ampla maioria dos afro-brasileiros (sobre)vive em condições de pobreza, submetida ao subemprego, às jornadas extenuantes de trabalho sem qualquer direito trabalhista como férias, 13º salário, licença gestante, fundo de garantia etc.

Figura 21 – Número de Associados que Desenvolvem Trabalho Remunerado

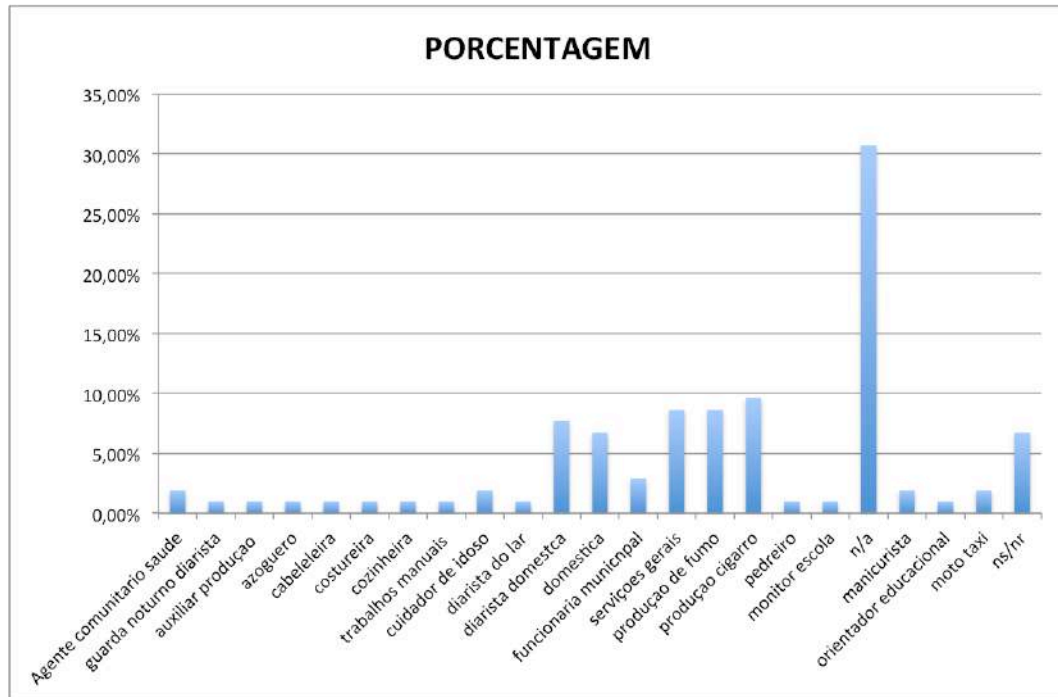


Fonte: Elaboração do Autor (2018)

Na Figura 22 podemos observar que os trabalhos que mais predominam são serviços gerais, serviços domésticos, diarista doméstica. Chama a atenção, as duas porcentagens mais altas de emprego estão relacionadas com a produção de cigarro palheiro e fumo de corda. Cabe destacar, que nestes últimos ofícios a maioria das pessoas que trabalha na cadeia produtiva deste produto é de mulheres adultas.

Como é possível verificar mediante a observação dos dados contidos na Figura 22, há 5 ofícios que sobressaem, os quais podemos agrupar em 3 categorias: a primeira, relacionada com a produção de fumo de corda e de cigarro palheiro, depois vêm os serviços gerais, categoria ampla que abarca diversos tipos de ofícios, e, por último, o de empregada doméstica e empregada diarista.

Na primeira categoria tivemos uma maior proximidade e alguns diálogos com as mulheres que se dedicam à primeira categoria, soubemos que a produção do fumo exige o cumprimento de longas jornadas diárias de trabalho – em torno de 10 horas/dia, de segunda a sábado – sem nenhuma garantia trabalhista para além do emprego e da remuneração semanal. Entretanto, essas trabalhadoras argumentaram que o trabalho na fábrica de fumo de corda é melhor do que trabalhar como empregada doméstica, por exemplo, recebendo entre R\$ 600,00 e R\$ 900,00 por mês, dependendo da quantidade de trabalho, já que o pago é feito pelo peso do produto.

Figura 22 – Tipos de Trabalho

Fonte: Elaboração do Autor (2018)

Observamos também, que as condições de trabalho na fábrica não cumprem com as exigências mínimas de saúde ocupacional e seguridade industrial. Nos diálogos com as trabalhadoras verificamos que, além das jornadas no interior da empresa, ainda levam trabalho para realizar em casa, outras só trabalham em seus lugares de moradia (Figura 23).

Figura 23 – O Trabalho na Produção de Fumo de Corda

Fonte: Arquivo Pessoal do Autor (2017)

Esta atividade evidencia uma clara exploração e caracteriza a atual situação da população afrodescendente piracanjubense. Em uma das entrevistas em relação com esta situação a Sra. Fátima Gomes diz:

[...] as pessoas que trabalham em barracão de fumo são pessoas negras né, então eu acho que isso aí também pesa muito né. De repente o preconceito vem assim, tá vendo no barracão de fumo só trabalham negros, às vezes tem pessoas que nem dão muito valor, mas o serviço delas é um serviço pesado né, que prejudica a saúde, é um serviço de trabalho o dia todo e muitas das vezes também tem até crianças que trabalham ali, fazendo pito né, não trabalham na fábrica por ser menor, mas trabalha em casa, porque na fábrica muitas vezes pode ter a fiscalização e em casa já não tem... (Fátima Gomes, dez./2017).

Evidenciada tal problemática e com o propósito de mostrar outras realidades o trabalho no Município, ainda têm muitas pessoas que moram na cidade, mas trabalham nas zonas rurais, nesse aspecto e em relação com as dinâmicas sociais de exploração impostas por meio do trabalho, chama a atenção, que ainda há pessoas que denominam o seu trabalho como “servente do lar”. Nesse sentido, achamos importante destacar que alguns dos filhos e netos das pessoas que foram escravizadas nas fazendas das zonas rurais de Piracanjuba, hoje trabalham para os filhos daqueles que escravizaram os seus ancestrais.

Quanto ao aspecto educativo (formação escolar) dos associados, apresentamos na Tabela 3 as informações que evidenciam o baixo nível de escolarização dos membros da Associação Quilombola Ana Laura. Apenas uma reduzida porcentagem da população ascende à educação superior (7,69%), em faixa etária entre os 26 e os 38 anos, contraposta ao grande número de pessoas que concluíram o ensino fundamental (57,69%).

Tabela 3 – Formação Escolar das Famílias Associadas

Nível Educativo	Família/Associado	Porcentagem
NS/NR	1	0,96%
Alfabetizada	2	1,92%
Analfabeta	3	2,88%
Ensino Fundamental	60	57,69%
Ensino Médio	30	28,84%
Ensino Superior	8	7,69%

Fonte: Elaboração do Autor (2018)

Constatamos a existência de pessoas que mal sabem ler e escrever, bem como, de analfabetas (pessoas com mais de 60 anos), o que reitera ausência de políticas públicas de educação, inclusivas, abrangentes e democráticas. Vejamos o cruzamento dos dados considerando a variável idade, verificamos a existência de uma troca significativa entre as

gerações mais novas, ainda assim, a porcentagem não deixa de ser pequena (Tabela 3).

É importante destacar que salvo duas exceções, os membros em idade escolar das famílias da comunidade encontram-se estudando; a maioria deles em instituições públicas. Piracanjuba não tem uma instituição de ensino destinada exclusivamente quilombola, ou que tenha ênfase nas culturas, nem mesmo que considere a realidade da comunidade; diferente do Município de Professor Jamil, onde estas questões já foram levadas para a Secretaria de Educação do Município, pois tem escolas com número elevado de estudantes quilombolas como o Ruy Brasil, onde os conflitos são constantes, gerados por situações relacionadas com o racismo.

Quanto às ações afirmativas, os lares quilombolas que tem se beneficiado ou são beneficiados na atualidade de algum programa o projeto do Estado são o 75% das famílias associadas, o outro 25% delas expressam nunca ter recebido, nem receber qualquer subsídio. Do 75% dos núcleos familiares que dizem receber algum benefício a maioria afirma que o único ao que têm acesso é a Cesta Quilombola. Nesse universo (75%), aproximadamente 1/3 é beneficiário de outros programas, como Bolsa Família e Renda Cidadã. Contudo, muitas pessoas expressaram que no último ano os recursos deixaram de chegar haver qualquer explicação por parte do governo.

5.3 Projetos e Atividades da Associação Quilombola Ana Laura de Piracanjuba/GO

Nesses últimos dois anos (aproximadamente) temos sido testemunhas que não tem sido tarefa fácil a luta tanto pelo reconhecimento quanto em busca das garantias dos direitos das famílias afrodescendentes de Piracanjuba/GO. Algumas se traduzem em vitórias com a concretização de projetos desenvolvidos pela Associação e pelas parcerias estabelecidas com as demais instituições afrodescendentes de Goiás, bem como com instituições da iniciativa privada, vejamos alguns deles:

Artesanato: as atividades artesanais surgiram primeiramente para regatar a tradição cultural, sobretudo, nas rodas de conversa onde a confecção de bordados é desenvolvida, aumentando a autoestima, valorizando a arte e os costumes quilombolas. Os primeiros encontros aconteceram na casa da matriarca da comunidade, que está com 94 anos, a Sra. Heulália Calçada, ou melhor, “Mãe Heulália”, que passou seus conhecimentos de bordados para o grupo de artesãs que, posteriormente, participaram do Projeto “Mulheres Mil”.

Figura 24 – Artesanato “As Lalinhas”



Fonte: Arquivo Pessoal do Autor (2016)

Outros projetos se desdobraram, inclusive na direção do empreendedorismo, contando com o incentivo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Outro projeto, do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (CENAR), capacitou 20 mulheres quilombolas e dessa iniciativa resultou a abertura de uma loja chamada “As Lalinhas” estabelecida às margens da BR 153, que em dezembro de 2017 fez um ano de funcionamento. Cabe esclarecer que este projeto também teve a capacitação a 30 mulheres quilombolas artesãs realizada pelo PRONATEC do Instituto Federal Goiano, no ano de 2004, que em parceria com o SEBRAE/GO, deixou como resultado uma microempresa que contribui para a inserção das mulheres quilombolas no mercado de trabalho.

Dentre os artigos produzidos e comercializados pelas mulheres quilombolas estão: bordados, cerâmica, confecção de bonecas pretas de tradição quilombola feitas de pano, bonecas de cabaças tradição quilombola, roupa representativa da identidade afrodescendente, bijuterias, garrafas, utensílios de cozinha, colchas de retalhos, tapetes e acessórios. O material utilizado é altamente sustentável e as artesãs trabalham com as espécies de sementes do Cerrado¹⁶. Os produtos são levados para comercialização em diversos eventos que a Associação Quilombola Ana Laura participa no Estado. Este projeto é uma significativa iniciativa em prol do fortalecimento das condições socioeconômicas e, portanto, da melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Agricultura: as famílias da comunidade quilombola de Piracanjuba têm um vínculo muito forte com o meio rural. Por séculos tiraram seu sustento da terra, por em a sabedoria da

¹⁶ Sementes do Cerrado: Peroba, Sibipiruna, milagre e de Pau-Brasil.

comunidade nesses ofícios é imensa. As casas das famílias quilombolas visitadas, todas têm hortas onde preservam tradições no cultivo da terra, preparação de alimentos, e plantas medicinais. A iniciativa de fazer um projeto de agricultura com as famílias da comunidade foi própria da Associação, posteriormente, recebeu apoio por meio de um projeto desenvolvido pelo do Instituto Federal Goiano (Campus Morrinhos), ocasião em que a Prefeitura de Piracanjuba concedeu a posse de um terreno para a realização dessa atividade, ou seja, produção agrícola. Durante a execução do projeto, 15 famílias foram beneficiadas/participaram diretamente de todo o processo produtivo, desde o plantio até a colheita e partilha da produção, gerando renda para o sustento familiar.

As espécies cultivadas foram mandioca, milho e banana. Após a primeira colheita planejava-se cultivar espécies de plantas medicinais, pois vários cursos de capacitação foram ministrados no local para os integrantes do projeto. Pretendia-se também cultivar sementes crioulas¹⁷, das quais o grupo tornou-se guardião. Mas, no desenvolvimento do projeto houve uma série de dificuldades com a gestão municipal, que pediu a devolução da área cedida anteriormente, o que causou inúmeros problemas para a consecução, manutenção e desenvolvimento das atividades produtivas.

Em junho de 2017, a água fornecida para o cultivo onde trabalhavam 7 pessoas da comunidade foi cortada, as ferramentas com as que trabalhavam foram retiradas. Depois dessa hostilidade, começou uma grande pressão feita pela comunidade com a colaboração do SEBRAE, do INCRA, do Instituto Federal Goiano e da Universidade Federal de Goiás, até que o poder executivo de Piracanjuba resolveu ceder outra área onde se pudesse plantar e dar continuidade ao projeto de agricultura familiar quilombola. A área cedida é muito menor daquela “doada” em 2017. As atividades produtivas hoje ocorrem no Jardim Goiás II, onde está sendo cultivado milho por 15 famílias da comunidade.

No momento, a Associação está aguardando a titulação das terras quilombolas. No site oficial do INCRA, em publicação feita em 21 de maio de 2018, temos: “O processo de regularização fundiária do território quilombola Ana Laura foi aberto no INCRA/GO em 2016 e encontra-se na fase inicial de identificação das 100 famílias que moram no local” (INCRA/GO, 2018). A Sra. Fátima Gomes, coordenadora do projeto, diz que tenta resgatar a sabedoria dos seus ancestrais no trabalho com a terra, esclarecendo que é necessário contra com os benefícios da tecnologia que estão à disposição para o melhoramento do processo de cultivo, fazendo questão de não jogar agrotóxicos nos alimentos.

¹⁷ Sementes Crioulas: Milho, Arroz e Feijão.

Figura 25 – Agricultura Familiar Quilombola



Fonte: Arquivo Pessoal Lucy Tavares (2018)

As gerações mais jovens da comunidade realizam duas práticas culturais que aludem ao não esquecimento da memória cultural e fomentam espaços de utilização saudável e produtiva do tempo livre, a saber:

Capoeira: O grupo de “Capoeira Nativa” (Figura 26), liderado pelo Mestre Wagner de Melo Carvalho (“Mestre Rato”) começa em 2015, como uma opção de utilização do tempo livre para os meninos, adolescentes e jovens da cidade, que com o crescimento da mesma, têm sido alvos das drogas e da criminalidade. O processo adiantou-se, articulado às ações que realiza a Associação Quilombola Ana Laura com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento dessa prática cultural de raiz afrodescendente.

Figura 26 – Grupo de Capoeira Nativa



Fonte: Arquivo Pessoal do autor (2017)

“A capoeira era uma das únicas armas para enfrentar a força do opressor, tornando-se uma das mais importantes manifestações de resistência do povo negro escravizado no Brasil Colonial” (AMARAL; SANTOS, 2015, p. 57). Em relação à capoeira e cultura quilombola o “Mestre Rato” diz: “a capoeira é dos escravos, é mesmo das raças quilombolas, a capoeira é uma dança que vem dos escravos, não é aquela luta não, ela é uma dança, o movimento do corpo para lá e para cá” (Wagner de Melo, fev./2018).

O “Mestre Rato” trabalha como monitor de uma escola de ensino fundamental na cidade e oferta as aulas de capoeira gratuitamente, sem nenhuma condição de retribuição econômica sobre a cobrança da população que manifesta interesse. Entrevistamos Waister¹⁸ (2018), estagiário e monitor do grupo de capoeira, que expressa que “a capoeira para mim hoje em dia – igual quando comecei... –, a capoeira para mim hoje em dia é tudo, né velho? é como diz, não pode tocar um berimbau porque eu arrepio, então, a definição da capoeira é vida, é tudo pra mim mesmo”.

Na atualidade o “Grupo de Capoeira Nativa” tem aproximadamente 15 integrantes, com idades que variam entre os 8 e 25 anos; os “ensaios” ocorrem nas instalações da Associação. O grupo tem se desenvolvido sem nenhum apoio por parte das instituições públicas. A falta de recursos pode fazer com que esta atividade acabe. Não podemos deixar de apontar que no final de 2017, o grupo recebeu uma pequena doação da Secretaria de Cultura de Piracanjuba, que contou com a entrega de um atabaque, dois pandeiros, dois berimbaus e 30 abadás¹⁹.

No entanto, o grupo segue enfrentando algumas dificuldades, como a falta de recursos para o transporte para alguns jovens frequentar aos ensaios/treinamentos, pois seus pais não têm condições de arcar com tais despesas. Além dessas dificuldades, a entrega do “Mestre Rato” e de seu “Aprendiz Waister”, seguem aguardando receber mais apoio para fortalecer e manter esta prática que indiscutivelmente, serve para resgatar e preservar uma das tradições culturais quilombolas e evitar sua perda.

Dança: O Grupo de Dança “As Lalinhas”, vincula jovens e adolescentes da comunidade, mulheres entre os 12 e os 20 anos. A Professora Aline Alves (2018), cabeleireira de ofício, diz que por iniciativa própria decidiu pesquisar sobre a dança das comunidades quilombolas no Brasil, e, construiu um espaço para o fomento desta expressão cultural e artística, pensando na utilização do tempo livre das adolescentes da comunidade.

¹⁸ Waister é neto do Sr. Anastácio, irmão de Aline e trabalha como cuidador de idosos em uma instituição da cidade.

¹⁹ Abadás: Roupas especiais para a prática do Capoeira.

Figura 27 – Grupo de Dança As Lalinhas



Fonte: Arquivo Pessoal do Autor (2017)

O grupo ensaia nas instalações da Associação às quintas-feiras, no período noturno e conta com mais de três anos de experiência, sendo reconhecidas e convidadas para fazer apresentações em diversos eventos na cidade de Piracanjuba e em cidades contíguas. “As Lalinhas” é promovido de maneira independente e autônoma pela Associação Ana Laura e, na atualidade, é composto por 7 mulheres adolescentes quilombolas, que procuram fazer o resgate da tradição cultural dentre as danças apresentam o maculelê, a dança baiana e o axé, divulgados em apresentações periódicas em diversos eventos na região e no Estado, cada apresentação sempre vem acompanhada de uma explicação de sua origem.

Gastronomia Tradicional: um dos lugares que tem transmitido as tradições quilombolas, sem discussão, é a cozinha. As doceiras e cozinheiras que preparam os alimentos na comunidade se tornaram famosas nos eventos pela qualidade dos alimentos que preparam. Os sujeitos da pesquisa convergem em afirmar que todo povo descendente de quilombola possui tradição peculiar com as receitas antigas e raras. Expressão de tal qualidade está na concorrência de um edital do Governo de Goiás para o processo e reconhecimento da Associação em 2018. A qualidade da gastronomia tradicional rendeu um prêmio de R\$ 20.000,00, que foi utilizado na implantação de uma cozinha industrial na Associação para a confecção de doces artesanais (receitas quilombolas).

Figura 28 – Cestas Quilombolas



Fonte: Arquivo Pessoal Lucy Tavares (2017)

Dentre outras conquistas da gestão da Associação Quilombola Ana Laura, destacamos a Cesta Quilombola, a qual é uma cesta básica com alimentos como arroz, feijão, açúcar, sal, farinha, óleo, e outros produtos, fornecida pelo governo federal por meio da Fundação Cultural Palmares e distribuída para as famílias da comunidade pela Associação.

Dos projetos que se encontram em andamento em Piracanjuba, destacamos a entrega de 150 casas populares, construídas num terreno requerido e cedido pela Prefeitura para a população quilombola. A Associação também solicitou a construção de um centro cultural para o desenvolvimento das atividades, capacitações e práticas culturais da comunidade. Porém, os trâmites políticos e burocráticos são lentos, pois já faz mais de um ano que o prefeito comprometeu-se com este projeto, mas nada aconteceu, ainda...

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta quilombola em território brasileiro conta com diversas comunidades que nos cenários locais desenvolvem significativos processos organizativos, tal é o caso da comunidade negra afrodescendente organizada sob a orientação da Associação Quilombola Ana Laura do Município de Piracanjuba/GO. Procuramos adentrar na realidade particular das famílias pertencentes à Associação e pudemos observar que a maioria delas localiza-se nos setores sociais mais desfavorecidos da sociedade com rendas familiares pequenas, baixos níveis educativos e, ainda, possuem vínculo muito forte com a ruralidade.

Podemos afirmar que as realizações dos governos locais, estadual e federal, ainda são incipientes, muitas são as dificuldades enfrentadas pela população negra afrodescendente, muitos são os problemas e injustiças sociais que assolam, historicamente, esta população. Nesse sentido, precisamos considerar sempre os impactos das dinâmicas do mundo globalizado, que afetam diretamente os contextos, as comunidades e os territórios locais, interferindo na manutenção, reconhecimento e preservação dos conhecimentos ancestrais.

O avanço desmedido da globalização econômica tem na tecnologização da sociedade uma influência negativa que interfere na preservação e práticas das tradições culturais quilombolas. Além de também ser pertinente dizer que os dispositivos da tecnologização próprios da globalização apresentam ferramentas que se tornam importantes para a difusão e preservação das culturas e práticas culturais das comunidades afrodescendentes e podem fortalecer as comunidades.

Enfatizamos que muitas expressões culturais na comunidade deixaram de ser praticadas nas últimas décadas, pois diante das permanentes inovações nos meios de informação e comunicação as gerações mais jovens não tem se interessado pela cultura de seus ancestrais e, as pessoas mais velhas que lutavam na transmissão e para a preservação de tal cultura morreram, ou a idade hoje avançada, não permite que desenvolvam tais atividades.

Portanto, insistimos em afirmar que o atual momento histórico requer leituras e atualizações das realidades socioeconômicas e culturais das denominadas “minorias” da população; leituras e atualizações que considerem as suas inatas características de mudança, de transformação, de adequação, de ajustamento e, sobretudo, de resgate histórico, de reconhecimento, de entendimento e valorização das culturas locais.

Aliás, as tradições culturais das comunidades quilombolas são universos dinâmicos e complexos, que envolvem uma série de práticas culturais, imaginários sociais, histórias, memórias, costumes, maneiras de se relacionar uns com os outros e com o entorno, e, nos mais diferentes segmentos da sociedade. As comunidades quilombolas, em meio às suas

necessidades e carências, lutam incessantemente por recursos e para desenvolver estratégias voltadas à preservação dos saberes de seus antepassados ante aos exploradores.

Constatamos que as práticas culturais quilombolas expressam valores como a solidariedade, o altruísmo, o companheirismo, além do trato respeitoso e amigável com o meio ambiente em que as populações estão inseridas. O que sugere que a preservação desses valores, possibilita outra maneira de ser e estar no mundo, sem a devastação e crise imposta pelo modelo de desenvolvimento capitalista.

Nesse sentido, entendemos que a Academia precisa realizar mais pesquisas sobre as comunidades tradicionais brasileiras, especialmente, as quilombolas como expressão de compromisso social com populações que têm sido alvo direto e/ou indireto das políticas capitalistas neoliberais, tendo em vista desvendar e explicitar o seu verdadeiro propósito – mascarar os reais interesses do capital – e promover aproximações teórico-práticas de diferentes linhas e correntes ideológicas e investigativas que considerem imperativas as transformações socioeconômicas e culturais das comunidades em situação de vulnerabilidade.

Reiteramos a fundamental importância de se realizar o resgate histórico das comunidades tradicionais em nível local. Focalizar o olhar na perspectiva da (re)descoberta para saber quem são? o que são? como são? como estão? Buscar aproximações sobre as problemáticas que enfrentaram e enfrentam na especificidade e particularidade de suas realidades, por meio de uma investigação comprometida com as situações que vivem os habitantes, tendo em vista o fortalecimento de suas interações e relações sociais, uma vez que suas condições econômicas são extremamente reduzidas, pequenas.

Nessa direção, os negros afrodescendentes piracanjubenses, especificamente, os vinculados à Associação Ana Laura, em sua maioria filhos, netos e bisnetos de quilombolas e escravos baianos e mineiros têm empreendido luta contra a discriminação e o esquecimento de suas memórias, assim como pelo reconhecimento e garantia de seus direitos. O resgate de algumas tradições tem contado com parcerias com instituições públicas para a criação e manutenção de espaços para a realização e desenvolvimento de atividades como o artesanato, a agricultura, a culinária, a música, a dança; contudo, o apoio encontrado ainda é incipiente, as autoridades locais, estaduais e federais precisam voltar o olhar e a preocupação para as populações afrodescendentes e implementar políticas afirmativas que, efetivamente, contribuam para a satisfação de suas necessidades e carências.

6 REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Luiz. Comunidades quilombolas, poderes estatais e expansão do capital. **Crítica do Direito**, n. 3, v. 54, 2013. Disponível em: <<http://www.abrapps.org.br/blog/comunidades-quilombolas-poderes-estatais-e-expans%C3%A3o-do-capital>>. Acesso em: 4 jul. 2016.
- AMARAL, Mônica Guimarães Teixeira dos; SANTOS, Valdenor Silva dos. Capoeira, herdeira da diáspora negra do Atlântico: de arte criminalizada a instrumento de educação e cidadania. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 62, dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-38742015000300054&lang=pt>. Acesso em: 5 ago. 2016.
- ANDER-EGG, Ezequiel. **Repensando la investigación-acción-participativa**. 4 ed. Ciudad de Mexico: Grupo Editorial Lumen, 2003.
- BÁEZ, Fernando. **A história da destruição cultural da América Latina**. Da conquista à globalização. Editora nova fronteira participações S.A. México, 2007.
- BRASIL. **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – Artigo n. 68**. Brasília/DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/ADC1988_15.12.2016/art_68_.as>. Acesso em: 23 mai. 2017.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília/DF: Palácio do Planalto, out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 18 mai. 2017.
- BRASIL. **Guia de Políticas Públicas para as Comunidades Quilombolas**. Brasília/DF: SEPPPIR, 2013. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/guia-pbq>>. Acesso em: 17 mai. 2017.
- BRASIL. **Lei n. 10.639, de 10 de janeiro de 2003**. Brasília/DF: Palácio do Planalto, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em: 16 nov. 2016.
- BRASIL. **Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010 – Estatuto da Igualdade Racial**. Brasília/DF: Palácio do Planalto, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm>. Acesso em: 17 jun. 2017.
- BRASIL. **Quilombos: Espaço de resistência de homens e mulheres negros**. Ministério da Educação. Brasil, 2005. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=26835. Acesso em: 19 jun. 2017.
- CARRIL, Lourdes. **Terras de negros: Herança dos Quilombos**. Editora Scipione. São Paulo. 1997. Pág. 10- 67.
- COLMENARES, Mercedes. Investigación-acción-participativa: una metodología integradora del conocimiento y la acción. **Voces y Silencios: Revista Latinoamericana de Educación**, vol. 3, nº. 1, p. 102-115; 2011. Disponível em: <<http://vys.uniandes.edu.co/index.php/vys/article/viewFile/115/311>>. Acesso em: 22 Mar. 2017.

- COMPARATO, Fábio Konder. Significado e perspectivas da crise atual (Entrevista). **Carta Maior: O portal da esquerda**. Porto Alegre, nov. 2015. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Principios-Fundamentais/Significado-e-perspectivas-da-crise-atual/40/34933>>. Acesso em: 2 mar. 2016.
- CRUZ, Carmen. A Alma de um quilombo. Remanescentes da comunidade Tamarindo, em Piracanjuba, têm no artesanato um dos maiores instrumentos de reafirmação da identidade Quilombola, pag. 9-11. **Revista Raízes**. Raízes Jornalismo é uma publicação da Editora Livres Pensadores Ltda. Goiás, 2017.
- DALOSTO, Cássius Dunck. **Políticas públicas e os direitos quilombolas no Brasil: O exemplo Kalunga**. Rio de Janeiro: Lumens, 2016.
- EIZAGIRRE, Marlen; ZABALA, Nestor. (s. f.). **Investigación-Acción Participativa**. Dicionario de Acción Humanitaria y Cooperación al Desarrollo. Disponível em: <<http://www.dicc.hegoa.ehu.es/listar/mostrar/132>>. Acesso em: 14 de Maio. 2017.
- FALS BORDA, Orlando. **El socialismo raizal y la Gran Colombia bolivariana: Investigación acción participativa**. Caracas/Venezuela: Fundación Editorial el Perol y la Rana, 2008. Disponível em: <<http://memberfiles.freewebs.com/80/35/84503580/documents/65.%20El%20socialismo%20raizal%20y%20La%20Gran%20Colombia%20Bolivariana%20%20Orlando%20Fals%20Borda.PDF>>. Acesso em: 12 mar. 2017.
- FALS-BORDA, Orlando. **Cómo investigar la realidad para transformarla**. Bogotá. Tercer mundo, 1979. (2ª edición 1983; 3ª edición, 1986). Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20160308051848/09como.pdf>>. Acesso: 2 Dic.2017.
- FERES, João; TOSTE, Veronica; CAMPOS, Luiz. Ação afirmativa, raça e racismo: uma análise das ações de inclusão racial nos mandados de Lula e Dilma. **Revista de ciências humanas**, Viçosa, vol.12, no.2, pág. 399-414. Jul./dez, Rio de Janeiro, 2012.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Revista Cultural Vozes**, 2001. Disponível em: <<http://www.culturavozes.com.br/revistas/0293.html>>. Acesso em: 14 dez. 2016.
- FERREIRA, Renato. Igualdade racial e política no Brasil: balanços e desafios. **(Syn)Thesis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2. 2014. Disponível em: <<http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/synthesis/article/view/19666/14742>>. Acesso em: 2 jul. 2016.
- FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Institucional: quem é quem**. Brasília/DF: FCF, 2017. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/quem-e-quem>>. Acesso em: 12 set. 2016.
- GIBSON CUNHA, Felipe; ALBANO DA COSTA, Sebastião Guilherme. Identidades quilombolas: políticas, dispositivos e etnogêneses. Latinoamérica. **Revista de Estudios Latinoamericanos**, [S.l.], n. 64, p. 153-184, mayo 2017. ISSN. Disponível em: <<http://www.revistadeestlat.unam.mx/index.php/latino/article/view/56864>>. Acesso: 1 nov. 2017.
- GOMES, Lilian. O outro lado da historia que não foi contado: A capacidade de refundação do sentido da política no Brasil a partir da experiência das comunidades de Quilombos. p. 149-194.
- IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Cap. I: Globalização e diversidade. pág. 7– 35. 3ra Ed. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira. 1997.
- IOCCA, Luciana Stephani Silva; IOCCA, Fátima Aparecida da Silva. Regularização das

terras quilombolas: um desafio frente ao capitalismo brasileiro. **VI Encontro Nacional da ANPPAS**. Belém/PA, set. 2012. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT16-867-685-20120629232133.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

MARINHO, Thaís Alves. Continuidades e rupturas: políticas para quilombolas. **Desigualdade & diversidade - Revista de Ciências Sociais da PUC- Rio**, n. 14, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/media/DD_14_7-ThaisAlves.pdf>. Acesso em: 12 set. 2016.

MARIÑO, German; **Encuentros y desencuentros con Orlando Fals Borda en un panel de la Universidad del Quindío**. Universidad de Quindío, Armenia, 1994. Disponível em: <<http://www.germanmarino.com/index.php/descarga-mi-obra/investigacion-ap>>. Acesso em: 22 jul. 2016.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Resistência, tráfico negreiro e alforrias: séculos XVII a XIX. **Novos Estudos**, n. 74, mar. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29642.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2016.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Oficio de Cartógrafo**. Travesías latinoamericanas de la comunicación en la cultura. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.

MARX, Karl, **O Capital Crítica da economia política**. O processo de produção do Capital. v. 1, l. Primeiro, Tomo 1. São Paulo: Editora Nova cultura ltda, 1996.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. O estado abandona a agricultura familiar (1994-1995). **MST**, 2014. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/94-95/>>. Acesso em: 12 set. 2016.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista Usp**, São Paulo, n. 28, dez. 1995/fev.1996. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28364/30222>>. Acesso em: 3 mai. 2016.

NARLOCH, Leandro. Abolição da escravidão: a luz que veio da Inglaterra. **Aventuras na História**, out. 2007. Disponível em: <<http://origin.guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/abolicao-escravidaio-luz-veio-inglaterra-435570.shtml>>. Acesso em: 3 jun. 2016.

OLIVEIRA, Neiva Alfonso; PROENÇA, Kátia Aparecida; CRUZ, Josiane Beloni. Cotas raciais como forma de resistência: Um enfoque Freiriano. **Revista Contexto & Educação**, Rio Grande do Sul. v. 29, n. 92, p. 91-108, mar. 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/2975>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

ORTIZ, Marielsa; BORJAS, Beatriz. La investigación acción participativa: aporte de Fals Borda a la educación popular. **Espacio Abierto**, Maracaibo, v. 17, n. 4, oct./dic. 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/122/12217404.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2016.

RATTS, Alecsandro. (Re)conhecer Quilombos no território Brasileiro: Estudos e Mobilizações, pag. 320-325. In SOARES, Maria. **Brasil Afro-Brasileiro**. Autêntica editora. Belo Horizonte, 2001.

REIS, João José. Quilombolas e revoltas escravas no Brasil: nos achamos em campo a tratar da liberdade. **Revista USP**, São Paulo, n. 28, dez. 1995/fev. 1996. Disponível em: <<http://www.journals.usp.br/revusp/article/viewFile/28362/30220>>. Acesso em: 29 out. 2016.

RODRIGUES, Joyce Maria. Políticas públicas de desenvolvimento territorial para a população quilombola: algumas considerações. **Cadernos Ceru**, São Paulo, v. 25, n. 2, mai. 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/98765/97342>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; RUBIM, Iuri Oliveira; VIEIRA, Mariela Pitombo. **Atores sociais, redes e políticas culturais**. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005. Disponível em:<http://www.cult.ufba.br/arquivos/atoressociais_redes_e_politicasculturais_catedra2005.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2016.

SALES, Ronaldo. Políticas de ancestralidade: negritude e africanidade na esfera pública. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 14, set. 2009. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpp.br/caos>>. Acesso em: 9 jul. 2016.

SALLES, Eduardo Baldissera; MATIELLO Caticlis Nielys; OLSSON Giovanni. A Resistência E A Desobediência Civil Como Direitos Fundamentais Do Estado Democrático De Direito. **UNOESC International Legal**, v.5, n. 1, 2017. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/uils/index>>. Acesso em: 9 Jun. 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Refundación del Estado en América Latina**: Perspectivas desde una epistemología del sur. Instituto internacional de Derecho y Sociedad; Programa de Democracia y transformación social. Lima (Perú). Julio de 2010. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Refundacion%20del%20Estado_Lima2010.pdf>

SANTOS, Flávio Reis. **Capitalismo, Tecnocracia e Educação**: da Utopia Social Saintsimoniana à Economia Neoliberal Friedmaniana. Jundiaí, Paco Editorial. 2015.

SANTOS, José Vandilo. **Memória e identidade**. Curitiba/PR: Appris, 2015.

SANTOS, Richard. Identidade guerreira: luta e resistência nos quilombos contemporâneos. **Revista África e africanidade**, ano 7. No 19. Abril 2005. Disponível em: <www.africanidades.com.br>. Acesso em: 20 dez 2015.

SECRETARIA ESTADUAL DA MULHER, DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DA IGUALDADE RACIAL, DOS DIREITOS HUMANOS E DO TRABALHO. **Comunidades quilombolas em Goiás**. Disponível em: <<http://www.secretariacidadada.go.gov.br/index.php/comunidade-quilombola-kalunga>>. Acesso em: 6 junho 2017.

SERRÃO, Andrea Cristina. Diretos, embates, lutas e resistências: comunidades quilombolas face as ações do estado neoliberal. **VII Jornada Internacional Políticas Públicas**. Para Além da Crise Global: Experiências e Antecipações Concretas. Universidade Federal do Maranhão. São Luís/Maranhão, 25-28 ago. 2015. Disponível em:<<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo3/direitos-embates-lutas-e-resistencias-comunidades-quilombolas-face-as-aco-es-do-estado-neoliberal.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

SILVA, José Bezerra. **A educação formal afro-quilombola em Alagoas**: limites e possibilidades de emancipação humana. 2012. 98f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2012. Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/unidadeacademica/cedu/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado-em-educacao/dissertacoes/2010/jose-bezerra-da-silva/view>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

SILVA, Luciana; Comunidades quilombolas e estado democrático de direito: desafio de efetividade das garantias constitucionais. **Revista Crítica do Direito**, v. 54, n. 3, 2013. Disponível em: <<https://sites.google.com/a/criticadodireito.com.br/revista-critica-do-direito/todas-as-edicoes/numero-3-volume-54>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

SINDICATO, dos bancários de Brasília. **A Verdade sobre a escravidão negra no Distrito Federal e entorno**. Sindicato dos Bancários de Brasília. 2017.

SOUSA, Carolina de. **Quilombo de Palmares**. Pág. 1. 2009. Disponível em: <http://www.historiabrasileira.com/escravidao-no-brasil/quilombo-de-palmares/>. Acesso em: 23 set. 2016.

SOUSA, Wanildo Figueredo; MOLINA, Rosane Maria Kreuzburg. A política educacional brasileira e a proposta de educação quilombola no contexto da regulação transnacional. **XXVI Simpósio Brasileiro da ANPAE**, Recife, mai. 2013. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/WanildoFigueiredo-ComunicacaoOral-int.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

TOLEDO, Victor BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

TOURAINÉ, Alain. **Después de la crisis**. México/DF: Fondo de Cultura Económica, 2013.

UNESCO. **Educación y diversidad cultural: Lecciones desde la práctica inovadora en América Latina**. Publicado por la oficina regional de educación de la UNESCO para América Latina y el Caribe OREAL/UNESCO. Santiago de Chile, 2008. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001626/162699s.pdf>>. Acesso em: 3 de setembro 2017.

URREGO, Ana Jacqueline. La investigación acción participativa en el contexto socioeducativo: estrategia metodologica en la produccion del conocimiento para la acción social. **Educare**. vol. 13, nº 2, p. 154 – 166; 2009. Disponível em: <<http://revistas.upel.edu.ve/index.php/educare/article/view/236/146>>. Acesso em: 1 de Abril 2017.

USP. Declaração de direitos do homem e do cidadão. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentosanteriores%C3%A0cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>>. Acesso em: 3 de setembro 2017.

VIEIRA, Renato. **Registro e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil**. Núcleo de Estudos e Pesquisas/ CONLEG/Senado. Brasília, Setembro 2016 (Texto para Discussão no 211). Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/estudos>>. Acesso em 15 de setembro de 2017.

VIEZZER, MOEMA L. **Pesquisa-Ação-Participante**. em FERRARO JUNIOR; Luiz Antonio (Org.). Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores. vol. 2. Brasília: MMA/DEA; 2005. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/encontros_2.pdf>. Acesso em: 1 Abril 2017.

WOLKER, Carlos; MARES DE SOUZA Filho; VIDOTTE Maria Cristina (eds). **Os direitos territoriais Quilombolas: Além do marco temporal**. Editora da PUC Goiás. Goiânia 2016. Núcleo de estudos e pesquisas/CONLEG/Senado. Brasília, 2016. Disponível em : <<http://www.senado.leg.br/estudos>>. Acesso em setembro de 2017

YAÑEZ, Carlos. **La identidad del Gestor Cultural en América Latina: Un camino en construcción.** Universidade Nacional de Colômbia. Bogotá, 2013.